

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) MARCO ANTÔNIO VEPPPO DOS SANTOS

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE APOIO LOGÍSTICO COMBINADO (CALOC) PARA
APOIO ÀS FORÇAS EM OPERAÇÕES DE PAZ

Rio de Janeiro

2010

CMG (FN) MARCO ANTÔNIO VEPPA DOS SANTOS

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE APOIO LOGÍSTICO COMBINADO (CALOC) PARA
APOIO ÀS FORÇAS EM OPERAÇÕES DE PAZ

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG(RM1) Daniel P. D. Filho

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2010

RESUMO

O incremento da presença brasileira nas Operações de Paz (OP), principalmente no período de 1989 a 1999, representou uma mudança significativa no comportamento das relações internacionais do Brasil, evidenciando, assim, tratar-se de valioso instrumento para projeção internacional, cujo pontapé inicial ocorreu na Liga das Nações (LDN) e estendeu-se para sua sucessora, a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo buscada até a atualidade. Entendendo-se, pois, a relevância do tema, este autor tencionou realizar um estudo com o propósito de identificar a necessidade da criação de um CALOC para apoio às Forças Brasileiras em Operações de Paz. Ressalta-se que o estudo considerou a possibilidade da participação brasileira em mais de uma Operação de Paz, concomitantemente. A logística militar para apoiar uma Operação de Força de Paz não é simples e exige significativo esforço de preparo e emprego de componentes das três Forças Armadas do Brasil. Seus respectivos planejamentos, execuções e controles devem somar esforços, compatibilizar procedimentos e integrar ações, de forma a se obter eficácia e maior eficiência em seu resultado. A análise das últimas guerras e conflitos demonstra, insofismavelmente, que, embora tenha ocorrido sucesso nas ações isoladas desta ou daquela Força Armada, a integração das forças navais, terrestres e aéreas obteve como consequência grandes vitórias e conquistas. Atualmente, é inconcebível o desenvolvimento de um conflito ou guerra sem que as Forças Armadas estejam adequadamente integradas e capazes de complementarem umas às outras. As Operações de Paz possuem inúmeras definições e peculiaridades, tornando, assim, seu respectivo planejamento de emprego bastante heterogêneo. Consequentemente, os planejamentos combinados devem considerar, em todos os níveis, a elevada complexidade dos meios de cada Força Armada e, cada vez mais, incrementar as respectivas integrações, visando à busca da meta de interoperabilidade logística das Forças Armadas.

Palavras-chave: Logística, Centro de Apoio Logístico Combinado e Operação de Paz.

ABSTRACT

The increase of the Brazilian presence in Peace Operations, mainly in the period from 1989 to 1999, represented a significant change in the behavior of Brazil's international relations, showing that it is a valuable instrument to the international projection, which first move started with the League of Nations and spread to its successor the United Nations, being followed until our days. Understanding the relevance of this theme, this author tended to do a study that could identify the purpose of the necessity of the creation a CALOC for support to the Forces in Operations of Paz. It is stood out that the study considered the possibility of the Brazilian participation in more than an Operation of Paz, at the same time. Military logistic to support a Peace Force Operation is not simple and demands significant effort of preparation and use of the components of the three Armed Forces in Brazil. Their own planning, execution and control must add up efforts, compatible procedures and integrate actions, in a way to obtain effectiveness and greater efficiency in its result. The analysis from the previous wars and conflicts show that even though success happened in isolated actions from this or that Armed Force, the integration of the naval forces, terrestrial and aerial obtained as consequence great victories and conquers. Nowadays, it is inconceivable the development of a conflict or war without the Armed Forces being integrated and able to complete one another. The Peace Operations have innumerous definitions and peculiarities, making their own planning very heterogenic. According to that, the combined planning must consider, in all levels, the high complexity of each Armed Force equipment and, always increase their integration, aiming the goal of logistical interoperability of the Armed Forces. In that matter, this project has the purpose of presenting subsidies to improve the Activity of Logistical Support in the Brazilian Forces that happen to be in Peace Operations, also observing the possibility of another Brazilian participation in a Peace Operation, growing the importance to focus on the economical aspect, but never forgetting the effectiveness..

Key-words: Logistics, Combined Logistical Support Center and Peace Operations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª RM/RJ	Primeira Região Militar no Rio de Janeiro do Exército Brasileiro
1º DepSup	Primeiro Depósito de Subsistência
AG	Assembléia Geral
AGNU	Assembléia Geral das Nações Unidas
BFNRME	Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti
BRABAT	Batalhão Brasileiro
BtlEngFuzNav	Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais
BtlLogFuzNav	Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais CALOC
CAO	Chefe da Administração
CALOC	Centro de Apoio Logístico Combinado
CCL	Centro de Coordenação Logística
CECAN	Centro de Correio Aéreo Nacional
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CES	Conselho Econômico e Social
CIDN	Centro Internacional de Defesa da Noruega
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CGCFN	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CiaEFPaz	Companhia de Engenharia de Força de Paz
CIAENG	Companhia de Engenharia
CLN	Conselho da Liga das Nações
CLO	Oficial Chefe da Logística
CMatFN	Comando do Material de Fuzileiros Navais
CML	Comando Militar do Leste
CMS	Chefe de Apoio da Missão

CNU	Carta das Nações Unidas
COTER	Comando de Operações Terrestres
COE	Equipamentos próprios do Contingente
COE Manual	Manual de Política e Procedimentos de Reembolso e Controle de Equipamentos Pertencentes aos Contingentes de Países Contribuintes com Tropas em Missões de Paz das Nações Unidas.
COE / R. Course	Curso de Política, Procedimentos de Reembolso e Controle de Equipamentos Pertencentes aos Contingentes de Países Contribuintes com Tropa em Missões de Paz das Nações Unidas.
COE System	Contingent Owned Equipment System
ComEmCh	Comando-em-Chefe-da-Esquadra
ComFFE	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
ComOpNav	Comando de Operações Navais
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CS	Conselho de Segurança
CT	Conselho de Tutela
DA	Desembaraço Alfandegário
DAL	Divisão de Apoio Logístico
DDR	Divisão de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
DFS	Departamento de Apoio no Campo
DLOP	Departamento de Logística das Operações de Paz
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
EB	Exército Brasileiro
EC	Especial Cases - Casos Especiais
EM	Estado(s) – Maior (es)
EMD	Estado-Maior de Defesa

EMC	Estado-Maior Conjunto
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
GptOpFuzNav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
JLOC	Centro Conjunto de Logística
LDN	Liga das Nações
LG	Diretrizes Logísticas
LOA	Letter Of Assist
LSD	Divisão de Apoio Logístico
MB	Marinha do Brasil
MP	Membro Permanente
MD	Ministério da Defesa
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Major Equipments
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MOU	Memorando de Entendimento
MIS	Apoio Integrado da Missão
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OMP	Operações de Manutenção da Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Operações de Paz
PLD	Política de Logística de Defesa
SC-4	Subchefia de Logística do EMD

SG	Secretário Geral
SOP	Procedimentos Operacionais Padrão
SOFA	Status Of Force Agreement
SS	Self-Sustainment
ST	Secretariado
TC	Troop Cost
TCC	Tropa do País Contribuinte
SRSR	Representante Especial do Secretário Geral
UNMIH	United Nations Mission in Haiti
UNAMIC	Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja
UNTAES	United Nations of Transitional Administration for Eastern Slavonia
UNTSO	Missão das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua
UNSAS	Acordo Prévio sobre Disponibilização de Tropas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A DIPLOMACIA BRASILEIRA – DA LDN À ONU	16
2.1	Diplomacia Brasileira na LDN	16
2.2	Diplomacia Brasileira na ONU	17
3	A ONU E AS OMP	24
3.1	A CNU	24
3.2	As Operações de Paz da ONU	26
3.3	Ferramenta para a solução dos Conflitos.....	27
3.4	Evolução das OMP	29
4	O SISTEMA LOGÍSTICO DA ONU PARA AS OMP	34
4.1	Conceito de Logística para a ONU.....	34
4.2	Estrutura Logística da ONU na execução das OMP.....	34
4.3	Documentos no Apoio Logístico às OMP.....	35
4.4	Fases do Ciclo de Apoio Logístico das OMP.....	37
4.5	Funcionamento do Sistema Logístico da ONU	39
4.6	Acordo Prévio sobre Disponibilização de Tropas Prontas da ONU.....	40
4.7	Reembolso da ONU	41
5	PAÍSES DO CONE SUL NAS OMP	44
6	A LOGÍSTICA BRASILEIRA NAS OMP	48
6.1	O Apoio Logístico ao Haiti	48
6.2	A criação do CCL.....	50
6.3	A Necessidade da criação do CALOC.	55
7	CONCLUSÃO.....	57
	REFERÊNCIAS	61
	ANEXO A – PRINCIPAIS ÓRGÃOS DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS	68
	ANEXO B – FERRAMENTAS PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS.....	69

ANEXO C – CONCEITOS DECISIVOS PARA O SUCESSO DAS OMP	71
ANEXO D –ESTRUTURA DA ONU EM APOIO ÀS OMP	73
ANEXO E – REGISTO FOTOGRÁFICO DE CARREGAMENTO DO NAVIO.....	76

1 INTRODUÇÃO

Enquanto houver coisas para dividir haverá guerra.

Barão Dietrich Heinrich von Bulow

Na política internacional, a ausência de uma legislatura comum, de um sistema judicial forte e de um executivo central, entre os Estados, tornam muito mais difícil preservar a ordem que precede a justiça (NYE, 2002, p. 87). Essa afirmação reforça o pensamento de que existe uma natural fraqueza dos deveres morais para com outros Estados e suas respectivas populações.

Na concepção hobbesiana, a política internacional é anárquica e os Estados vivem em estado de natureza, pois apesar de conviverem e de se relacionarem constantemente, não formam uma sociedade de Estados, isto é, na ausência de um soberano comum com a capacidade de fazer com que todos respeitem as leis por ele instituídas, cada Estado busca maximizar o poder de intimidar os mais fracos e, simultaneamente, não ser intimidado pelos mais fortes. Hobbes afirmava que essa é uma situação da qual o Estado não pode escapar, sendo usualmente definida, pelos estudiosos, como o dilema da segurança.

Com o passar do tempo, e apoiado em inúmeros tipos de estruturas sociais, desde a base familiar da antiguidade até os Estados da atualidade, o ser humano vem acumulando uma enorme gama de valores e princípios que lhes foram introjetados, fruto das constantes necessidades de sobrevivência e reprodução.

Nenhuma estrutura social, princípios ou valores foram capazes de afastá-lo totalmente da guerra e de todos os malefícios a ela associados. Na verdade, o que se observa é que, cada vez mais, o homem busca intensificar os motivos para o enfrentamento com seu semelhante. Enquanto nos primórdios os conflitos eram motivados pela sobrevivência, na

atualidade se luta em nome de princípios e valores morais e culturais, atinentes ao grupo social em que se encontra inserido.

Com a criação da ONU, em 1945, para substituir a LDN, e com o objetivo de deter guerras entre países e fornecer uma plataforma para o diálogo, iniciou-se a implementação de alguns mecanismos de segurança coletiva, dentre eles as OP que, se não podem impedir a deflagração dos conflitos armados, ao menos tentam proporcionar a possibilidade de limitá-los no tempo, no espaço e na intensidade do sofrimento.

A política de relações internacionais praticada pelo Brasil, nas últimas duas décadas, tem dado ênfase à integração regional, às negociações de comércio exterior em plano multilateral, à expansão da presença brasileira na África, Ásia, Caribe e Leste Europeu, e, principalmente, à reforma do CSNU, cujo formato e composição são considerados anacrônicos e injustos pelo governo brasileiro, pois há muito interesse do Brasil em ser incluído, assim como Índia, Japão e Alemanha, no grupo de países com assento permanente no referido Conselho, e com direito a veto em qualquer votação.

A busca de soluções pacíficas para as controvérsias, observando os princípios e regras do Direito Internacional, os acordos, tratados e/ou normas das organizações multilaterais e seus respectivos instrumentos de harmonizações, tem sido o alinhamento brasileiro no cenário internacional. As OP, sob a égide de tais organizações multilaterais, tem sido consideradas uma opção coerente e racional, pois ampliam de forma bastante positiva a visão internacional sobre o Brasil.

A história nos mostra que, em toda e qualquer operação, de caráter militar ou não, a Logística impõe a permanência e o sucesso nas campanhas desenvolvidas.

Mas, o que vem a ser exatamente Logística? O Barão de Jomini dizia que Logística “é tudo, ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate”¹.

¹ Disponível em <www.manybooks.net/titles/jominih13541354913549-8.html>. Acesso em 4 de maio de 2010.

Modernamente, aceitamos que Logística é a função de prever e prover, nos locais e nos momentos adequados, com os menores custos, os meios materiais e/ou os serviços necessários a uma organização, para que esta atinja seus objetivos com eficiência.

Assim, faz sentido dizer e aceitar como verdade que Logística é mesmo tudo (quase tudo!) e que esse “tudo” tem um custo.

Desta forma, toda campanha militar requer um sistema de apoio que envolverá a as chamadas Funções Logísticas (suprimento, manutenção, salvamento, saúde, recursos humanos, transporte, e engenharia), as quais, ao serem detalhadas, abrangem atividades como o preparo de alimentação, fornecimento de água, alojamento de pessoal, paíóis para material, finanças, assistência jurídica, serviços de funerais, apoio aéreo e atividades de apoio moral e bem-estar, destruição/remoção de engenhos explosivos, apoio em recursos humanos e até apoio humanitário.

Em última análise, estas atividades todas se abrigam sob o “guarda-chuva” da Logística e perfazem um custo (em dinheiro, em tempo, em recursos naturais, em tecnologia ou em todos estes), além de requererem uma estrutura adequada, composta de pessoal especializado, material, instalações e de uma metodologia de funcionamento (uma doutrina).

A Logística para as operações multinacionais tais como as OMP, sob a égide da ONU, reveste-se de maior importância ainda, pois afeta não só o país hospedeiro, mas também, as demais nações envolvidas, assim como a própria ONU.

Brasil já possui razoável experiência no desenvolvimento do apoio logístico às forças militares empregadas em OMP, fruto de nossa participação em Moçambique, em Angola, no Timor-Leste e, atualmente em curso, a MINUSTAH. Ressalto que todas as participações brasileiras nas OMP, citadas acima, ocorreram em períodos distintos.

Com a finalidade de efetuar a coordenação do apoio logístico entre as Forças Singulares, cujas tropas estão desdobradas no Haiti, o MD decidiu estabelecer, a partir de 13

de maio de 2004, na 1ª RM/RJ, localizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ, um CCL. Ficou acordado que, para permitir ao CCL realizar as suas missões com proficiência, deveria haver a indicação de representantes de cada Força Singular, preferencialmente Oficiais, para participar desse Centro na condição de elemento de ligação com a respectiva Força. Tais representantes deveriam ser conhecedores das demandas logísticas de suas respectivas parcelas de tropa no Haiti, bem como estar presentes em todas as reuniões que se fizessem imperativas, sob coordenação da 1ª RM/RJ.

Constatada a relevância do assunto, surgiu o questionamento sobre a efetiva a necessidade da criação de um CALOC para o apoio às Forças Brasileiras em OP. No estudo foi considerada a possibilidade da participação brasileira em mais de uma OP, concomitantemente.

Oferecer adequada resposta a este questionamento constituiu, portanto, o propósito deste trabalho acadêmico. Para tal, o seu conteúdo se encontra estruturado em introdução, outros cinco capítulos e uma conclusão.

O segundo capítulo descreverá a necessária abordagem histórica da evolução da Política de Relações Internacionais, enfocando as percepções da Diplomacia Brasileira, desde a LDN até a gênese da ONU. Destaca-se o pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU, hoje um dos principais objetivos de nossa política externa, inferido pelas intensas e diversificadas ações diplomáticas realizadas em prol de sua conquista. A riqueza dessa parte inicial do trabalho está no entendimento de quão fundamental é a vontade política para a condução das relações internacionais e suas naturais consequências.

O terceiro capítulo apresentará, inicialmente, a CNU, importante para a compreensão da atual dinâmica das relações internacionais. Posteriormente, serão apresentados os conhecimentos sobre seus respectivos órgãos componentes, o orçamento, as ferramentas para a solução racional dos conflitos internacionais, a evolução e os principais

conceitos para o sucesso de uma OMP e o comprometimento dos EM a preparação de material e pessoal à disposição da ONU.

O quarto capítulo apresentará o Sistema Logístico da ONU, pautando-se, mormente, na estrutura logística das OMP, nos documentos formais para o correto controle e gerenciamento das inúmeras atividades que envolvem o apoio logístico, assim como as fases do ciclo deste complexo apoio, desde o seu respectivo planejamento até sua liquidação. Discorre, ainda, sobre a dinâmica da estrutura logística da ONU na MINUSTAH, bem como apresenta a importância do embasamento, dos representantes brasileiros, sobre as normas e regras da ONU, durante a negociação com a ONU na busca do Reembolso financeiro pelo emprego de pessoal e material do Brasil nas OP.

No quinto capítulo será apresentada a evolução dos países do Cone Sul nas OMP, mormente do Chile que, assim como o Brasil, participa da MINUSTAH. Esta visão buscará identificar semelhanças e diferenças tanto no planejamento quanto na execução do apoio logístico às respectivas tropas desdobradas no terreno, proporcionando respaldo para as análises das comparações que serão expostas na conclusão do trabalho.

O apoio logístico às tropas brasileiras em OMP, lançando como exemplo a atual participação do Brasil na MINUSTAH, será tratado no sexto capítulo. Merecerá destaque a evolução do apoio logístico de caráter combinado, sob a égide do MD, por meio do CCL, e seus respectivos aspectos positivos e negativos.

Trata-se de parcela do trabalho que apresenta contribuições consideradas significativas, fruto de entrevista realizada com oficial que por mais de dois anos participou, efetivamente, do CCL como representante da MB, das lições aprendidas e sugestões de aprimoramentos, assim como da experiência do autor nas diversas atividades atinentes às OP, sob a égide da ONU, nas fases de planejamento, execução e coordenação, obtidas ao longo da carreira nas comissões de Observador Militar da UNTAES, na ex-Iugoslávia, de Comandante

do Grupamento Operativo Haiti IV, participante do “COE / R. Course / 2008”, realizado no CIDN e, mais recentemente, no MD, como Chefe da Seção de Logística e Doutrina da SC-4 do EMD.

Na conclusão os aspectos mais relevantes serão sumarizados e formalizadas as respostas aos questionamentos que orientaram o seu desenvolvimento.

Faz-se necessário apresentar uma ressalva. Trata-se do significado da palavra “combinado”, insistentemente empregada neste trabalho, a qual deverá ser entendida como: atividade, operação ou organização relacionada com ações militares de qualquer natureza – estratégica, operacional, ou tática - em que tomam parte elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, operando sob um só comando.

Finalmente, cumpre mencionar que esta monografia está fundamentada em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, que incluiu obras publicadas, outros trabalhos acadêmicos, periódicos e a Internet.

2 A DIPLOMACIA BRASILEIRA – DA LDN À ONU

A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em idéias democráticas e de justiça social.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2.1 Diplomacia Brasileira na LDN

Nascida dos escombros da Primeira Guerra Mundial, a LDN embora tenha representado uma experiência importante no campo do multilateralismo de escopo universal, falhou em seu propósito de “salvaguardar eficazmente a paz das nações” (RANGEL, 2002, p.23).

Demonstrou ser um instrumento de segurança coletiva ineficaz, com ferramentas frágeis para a consecução das tarefas a que se propunha, não contando, ainda, com o apoio político e moral das grandes potências, como dos EUA, que jamais se tornaram membros formais desta Liga. Outro aspecto extremamente prejudicial para as soluções requeridas era a necessidade de unanimidade nas decisões de sua Assembleia ou Conselho para a tomada de decisões.²

Cabe ressaltar que a LDN lançou as primeiras sementes do que, mais tarde, ficariam conhecidas como as OP, ou, mais especificamente, as OMP.

Tendo sido eleito como membro rotativo para o CLD por dois mandatos consecutivos (1921 e 1925), o Brasil lançou sua candidatura a MP aproveitando-se de uma

²Art. 5º do Pacto da Liga das Nações. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>

oportunidade trazida em torno do debate sobre reformulação daquele Conselho, cujo objetivo era abrigar a Alemanha ³.

Apesar da clara frieza e alguma indignação das grandes potências, o Brasil iniciou uma intensa campanha, apresentando-se, inclusive, como candidato das Américas – proposta bastante infeliz, pois os países se opuseram abertamente, a começar pelos próprios EUA. A situação teve uma escalada e só foi resolvida quando o Brasil retirou-se do Conselho e da própria Liga ⁴.

CHEIBUB (1984) afirma ter o episódio da escalada revelado que, naquele momento, a diplomacia brasileira não era composta por pessoas com formação acadêmica na arte da negociação e do convencimento, e, sim, por representantes das diversas facções da elite política brasileira, que desempenharam missões junto à Liga, e que o Itamaraty possuía uma estrutura muito menor do que a necessária.

HERZ (1994) classifica esse momento da diplomacia brasileira como um típico produto da má percepção⁵ de nossas elites dirigentes, somada à necessidade do autocrático governo Bernardes de instrumentalizar a política externa para fins de legitimação da política doméstica, ao invés de a uma adequada política de relações internacionais.

2.2 Diplomacia Brasileira na ONU

A ONU foi criada em 26 de junho de 1945, por meio da CNU. No contexto da Carta, é ressaltado que os membros devem buscar a resolução das controvérsias pelo viés pacífico de modo que não se perturbe a paz, a segurança e a justiça internacionais. A ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de outros Estados

³ Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.41, n.2, p. 149, 154, 1998.

⁴ Uma descrição detalhada do episódio pode ser encontrada em Rodrigues e SEINTEFUS (1995); e GARCIA (1994).

⁵ A “má percepção” é definida como a discrepância entre o mundo real (objetivo) e sua representação mental (subjetiva), a qual levaria à escolha de estratégias de ação inadequadas e fadadas ao fracasso.

deve ser evitado, cabendo ao CSNU autorizar a execução de ações coercitivas em prol da manutenção da paz e da segurança internacional (FONTOURA, 1999, p.50)

O CSNU⁶ teria a prerrogativa de autorizar o uso da força e a necessidade da implementação de uma OP.

A ONU surgia num cenário de guerra bipolar: a Guerra Fria. Seus propósitos foram diretamente influenciados pelo cenário mundial daquele momento.

As superpotências emergentes da Segunda Guerra Mundial – EUA e URSS, atores principais da Guerra Fria, jamais se envolveram efetivamente em uma situação de combate armado direto entre ambos, mas, sim, num constante conflito político, ideológico e econômico.

Já na criação da ONU, o Brasil renova sua postulação a um assento permanente no CS daquela Organização. Fundamenta-se, mais uma vez, nos atributos anteriormente apresentados e, desta feita, com ênfase na importante participação militar brasileira no esforço de guerra aliado e no entendimento de uma "aliança especial" com os EUA.

Segundo MOURA (1980), a forte oposição britânica e soviética e, sobretudo, a ambiguidade dos EUA frustraram, uma vez mais, a pretensão do Brasil.

Naquele momento, o equacionamento da política externa continuava, ainda, concentrado na elite política que detinha o controle dentro do governo estado-novista.

Observa-se que novamente estava presente a chamada má percepção, pois permanecia a necessidade do instrumentalismo da política externa para fins de legitimação da política doméstica, onde, segundo HILTON (1980), identificava-se discrepâncias entre as idéias institucionalizadas de política externa com aquelas que consolidassem arranjos intraburocráticos nacionais, conduzindo inclusive a demora brasileira em perceber que a postulação estava fadada ao fracasso.

⁶ Foi concebido para ser o principal guardião da paz mundial. Possui quinze membros. Cinco destes são chamados de permanentes e possuem o poder do veto: China, França, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos da América. Os outros dez são eleitos pela Assembleia Geral para um período de dois anos.

O então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, aproveitando-se do 50º aniversário da ONU, em seu discurso na abertura da 49ª Assembleia Geral, em setembro de 1994, ratificou a proposta inicial, não obstante as reservas argentinas, ao enfatizar:

O fortalecimento do papel da Assembléia Geral e a ampliação do Conselho de Segurança, com a participação de países em desenvolvimento em todas as categorias de membros, são passos importantes e necessários no caminho da democratização e de uma maior legitimidade [...].

A candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU voltou à cena, recentemente, impulsionada por três novos acontecimentos. O primeiro deles foi a divulgação do chamado projeto Razali⁷, resultado do Grupo de Trabalho Informal da ONU que vem debatendo a reformulação do Conselho. O segundo foi o sinal positivo dado pelos EUA a uma ampliação que contemple a entrada da Alemanha, do Japão e de mais três países em desenvolvimento como MP. O derradeiro foi a divulgação da posição argentina, que é favorável e defende a rotatividade dos novos MP interpretada, de forma geral, como manifestação de oposição à candidatura brasileira.

Durante a reunião da Cúpula de Segurança Nuclear realizada em Washington, em abril de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o discurso e afirmou:

[...] O Brasil está descontente com o formato do CSNU, o mesmo desde o fim da 2ª GM. Defendemos que o Conselho seja ampliado e que o Brasil passe a ocupar um assento permanente. A ONU vem perdendo credibilidade ao não contar com um CS mais representativo e com mais legitimidade. Isso não interessa a ninguém.

Esta nova candidatura brasileira ao CS é apresentada pelo governo à sociedade como sendo um "consenso na política de reações internacionais" demandado pela busca da preservação do "interesse nacional". Entretanto, a sociedade tem externado se não apoio, ao menos indiferença para um tema que implica, de fato, ônus financeiro e militar para o País,

⁷ Razali Ismail, representante da Malásia, submeteu à sessão um projeto de resolução, ainda não votado, que prevê a inclusão de cinco novos membros permanentes (sem direito a veto) e cinco não-permanentes. Ver "Assembly president.", 1997; Lampreia, agosto 1997; e "Security Council reform...", 1997.

como se a candidatura brasileira fosse tão "natural" aos olhos do público doméstico como o deveria ser aos dos outros países ⁸.

O Brasil participou do CSNU no posto de representante da América do Sul por dez mandatos: 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 e 2010-11⁹. Ganha destaque internacional esta última, uma vez que existe na pauta uma proposta pública global de reformulação no CS com a inclusão de novos MP na casa.

Tal reformulação nada tem de novidade, uma vez que já foi pretendida pelo Brasil em outras ocasiões, desde a LDN. O fato é que, após mais de 60 anos de existência, inúmeros outros fatos e acontecimentos econômico-sociais de grande relevância ocorreram no mundo, fazendo com que Estados influentes no panorama regional e até mesmo mundial fossem relegados ao segundo plano, não podendo participar com maior intensidade das decisões políticas contemporâneas na ordem global.

A antiga composição do CSNU é mantida fruto, principalmente, da teimosia e insistência dos seus componentes em manter o "*status quo*", no intuito de eternizar o poder que lhes foi conferido e influenciar no crescimento das chamadas nações emergentes.

Sob a ótica do autor, no triênio 2002-2004 o Brasil obteve uma participação bastante destacada, atuante e com ótimo nível de desempenho. Nesse período, pode apresentar sua postura antibelicista e pró-diplomática, pronunciando-se contrário às resoluções que buscavam com mais intensidade a aplicação da intervenção coercitiva do Conselho, naqueles conflitos que apresentavam possibilidades de serem resolvidos por meio de controle pacífico, ratificando ao mundo sua postura pacífica e apaziguadora.

⁸ Luiz Felipe Lampreia em entrevista à *Folha de S. Paulo sobre a reforma do CSNU*, em 31 de agosto de 1997.

⁹ Disponível em <http://vaccarezza.com.br/brasil-e-eleito-para-o-conselho-de-seguranca-da-onu>. Acesso em 30 de junho de 2010.

Cito como exemplo a posição brasileira diante da Resolução 1.441 (2002)¹⁰ do CSNU, onde o Brasil ratifica sua posição antibelicista e equilibrada, considerando a adoção de medidas militares como opção de última instância.

Segundo VIZENTINI (2010), o Brasil identifica sua candidatura a MP do CSNU como estratégica para uma efetiva interação e atuação internacional, pois tal posição garantiria significativo aumento do prestígio do País, refletindo-se também nas negociações e comércio internacional.

Em contrapartida, há que se entender a necessidade de investimentos referentes às contribuições para a sustentabilidade da ONU. Muito embora possua efetiva e ativa participação nas decisões do plenário desde sua fundação, o Brasil figura entre a 55ª e 60ª posição no *ranking* dos maiores contribuintes militares, não atingindo mais do que 1% do arrecadado pela organização¹¹.

Nossa nação, por meio de postura firme e contestadora, vê crescer a cada dia um sentimento global de antiamericanismo, seguindo uma tendência verificada em países latino-americanos. Nosso corpo diplomático mostrou-se contra a dominação norte-americana em territórios estrangeiros, uniu-se nas com a Alemanha e, principalmente, com a França e a China, sendo esta última a maior opositora que a superpotência encontra na atualidade.

Na busca de destaque internacional, o Brasil volta seus olhos para a África e realiza amparo assistencial a Moçambique, ao Gabão, à Namíbia, dentre outras atitudes¹².

Embora mantendo sempre presente seu senso pacifista e conciliador, o Brasil lidera, atualmente, a intervenção militar autorizada pelo CSNU no Haiti, que enfrenta conflitos desde meados da década passada.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/11/20/notas-para-exposicao-do-ministro-das-relacoes>>. Acesso em 22 de junho de 2010.

¹¹ About the United Nations. Disponível em: <<http://www.un.org/english/>>. Acesso em 3 de maio de 2010.

¹² Artigos Vizentini. Disponível em http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_138.htm. Acesso em 3 de maio de 2010.

Resta ao Brasil firmar presença em seu próprio continente, a América Latina. Mesmo considerada uma das duas maiores economias da região, ao lado do México, nossa nação vem encontrando forte oposição entre os países locais, principalmente do próprio México e da Argentina¹³.

A existência de grande quantidade de mão de obra barata, de um considerável mercado consumidor, além da questão dos imigrantes, foram fatores que contribuíram para que o México tivesse sua presença no NAFTA, proporcionando aos EUA maior controle da imigração oriunda das Américas Central e do Sul através do território mexicano. Era assim criada uma zona tampão entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo.

VIZENTINI (2010) argumenta que o somatório de todas as ações brasileiras visando a desenvolver as relações comerciais e diplomáticas com países outrora fechados, como é o caso da China, buscam se não a garantia da tão almejada cadeira definitiva no plenário mundial, pelo menos a continuidade à notabilidade que tanto prega a atual visão verde-amarela da aldeia global.

Assim, o Brasil ganhou importante espaço político, aparecendo como "o novo" nas relações internacionais, e está no centro de um movimento político para a conquista de um assento permanente no CSNU¹⁴.

Vontade política é fundamental para a condução das relações internacionais. Nossa autoestima nos impulsiona a buscar brechas e penetrar com o máximo de vivacidade na aldeia global, pois nos consideramos protagonistas de mesmo nível, com capacidade de negociação para disputar espaços com os países ricos, uma vez que possuímos um projeto que pode, inclusive, contribuir para inserir a agenda social na globalização, como vem sendo sugerido ferrenhamente pelos nossos representantes.

¹³ Artigos Vizentini. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_138.htm>. Acesso em: 3 maio 2010.

¹⁴ Artigos Vizentini. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/2004/09/28/000.htm>>. Acesso em: 5 maio 2010.

O desenvolvimento de uma diplomacia de alto nível está sendo bem executado, pois possibilita externar o pensamento do País e não simplesmente a antiga e costumeira obediência cega aos comandos emanados do hemisfério setentrional, mais especificamente da América do Norte.

Ressalta-se que na Portaria Normativa N° 1.890/MD, de 29 de dezembro de 2006, a qual dispõe sobre a PLD, destaca em seu texto que a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, bem como de exercer um papel mais relevante no cenário internacional tem sido a tônica dos últimos governos do Brasil.

No decorrer deste capítulo, foram apresentados diversos dados sobre o desenvolvimento da política externa brasileira, desde a LDN até a ONU, destacando as nossas atuações para ocupar a cadeira de MP do CS de ambos os organismos internacionais. Espera-se que o leitor tenha sido adequadamente ambientado quanto à evolução brasileira nas relações internacionais, assim como motivado para o conhecimento dos conceitos e estrutura e das OMP desenvolvidas sob a égide da ONU, que serão apresentados no próximo capítulo.

3 A ONU E AS OMP

A maior prece do homem não pede vitória e, sim, paz.
Dag Hammrskjold, SG da ONU (1953-61)

3.1 A CNU

A ONU¹⁵ tem como foco principal manter a paz e a segurança internacionais, usando a força armada apenas no interesse comum..A CNU¹⁶ é o instrumento de respaldo para a ONU no cumprimento das tarefas atinentes ao seu respectivo foco, em especial os seus capítulos VI e VII.

A busca da consecução de seus propósitos é efetuada por meio de seis órgãos que compõem sua estrutura organizacional: AG, CS, CES, CT, CIJ e ST.

A AG, o CS e o CES são órgãos intergovernamentais, ou seja, compostos de representantes de governo dos Estados membros; entre estes somente a AG é um órgão plenário, com participação de todos os Estados membros, já que no CS e no CES participam apenas um número restrito de Estados. Cabe ao CT a supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional.

Composta por todos os Estados membros da Organização, a AG é um órgão político e, portanto, de caráter plenário, onde vigora a regra do voto igualitário de todos os membros. A CNU apresenta detalhadamente as funções da AG.

O CS é um órgão político permanente, cujos membros deverão buscar a resolução dos conflitos de maneira pacífica, sem expor ao perigo a ordem e a paz mundial, podendo, a

¹⁵ Está estruturada em seis órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2010.

qualquer tempo, colocar em pauta divergências porventura ocorridas. Sua principal finalidade é a de manter a paz e a segurança internacionais.

O CSNU é composto de quinze Estados membros. China, França, Rússia, Reino Unido da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Estados Unidos da América são MP do Conselho. Outros dez Estados membros, não permanentes, são eleitos pela AG para um período de dois anos.

As resoluções do Conselho que alcançarem um total mínimo de nove votos, desde que os cinco MP tenham efetivamente votado, serão aceitas. Isto ocorre devido ao fato dos MP possuírem o chamado poder de veto, o que já asseguraria a não aprovação de qualquer medida que contrariasse suas respectivas vontades.

A Organização é personificada e representada fisicamente pela pessoa do Secretário-Geral da ONU, onde quer que esteja. Sua nomeação é conduzida pela AG, sob recomendação do CS, sendo atualmente o ocupante deste importante cargo o coreano Ban Ki-moon, nomeado desde 1º de janeiro de 2007. O Anexo A apresenta, por meio de um organograma, os principais órgãos do Sistema das Nações Unidas.

O Orçamento da ONU é avaliado em mais de um bilhão de dólares anuais. Os EUA contribuem com o teto máximo permitido, ou seja, 25%, o Japão, com 12,5%, a Rússia, com 9,5%, a Alemanha, com 9%, a França, com 6%, o Reino Unido, com 5%, a Itália, com 4,5%, o Canadá, com 4%, seguidos por Austrália, Espanha, Países Baixos, China, Suécia, Brasil e Bélgica, que pagam em torno de 1% e 2%. Os outros membros contribuem com menos de 1% ¹⁷.

¹⁷ Assessment of Member States' contributions to the United Nations regular budget for the year 2009 (under General Assembly resolution 63/264 of 24 December 2008).

3.2 As Operações de Paz da ONU

As OP constituem-se de um processo singular e dinâmico, conduzido pela ONU, visando a proporcionar apoio aos países envolvidos em conflitos, criando condições para a busca da paz permanente e duradoura. As OMP podem ser entendidas inicialmente como “uma técnica, desenvolvida principalmente pelas Nações Unidas, para ajudar a controlar e resolver conflitos armados” (GOULDING, 1993, p.237).

Conforme apresentado no Capítulo 1, a semente das OP não se encontra no seio da ONU e, sim, na sua antecessora LDN, que, nas décadas de 1920 e 1930, já empreendia ações, sem esta denominação específica, direcionadas à manutenção da paz e prevenção de conflitos. A primeira OP da ONU foi instituída em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou a preparação e o envio de militares para a missão denominada “Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua” (UNTSO). Visava a monitorar o acordo de cessar-fogo entre árabes e israelenses. Desde então, 63 operações de paz das Nações Unidas foram criadas¹⁸.

Os inúmeros conflitos localizados que afloravam no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo pelo confronto social intraestado, penalizaram essencialmente os países pobres e em desenvolvimento, principalmente Estados pós-coloniais e pós-socialistas, que entraram em crises profundas de governabilidade; instabilidade política crônica; desorganização da economia; anomia social; fragmentação ou colapso. Como consequência, a partir da década de 1990, emergiram novos temas que passaram a ocupar lugar de destaque na agenda internacional: violação dos direitos humanos, genocídio, limpeza étnica, tortura, fluxos de refugiados e ação de grupos armados irregulares são apenas alguns exemplos (NOGUEIRA, 2004, p. 51).

¹⁸ Disponível em: <<http://unicrio.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

Em resposta a este cenário, o CSNU passou a autorizar missões cada vez mais complexas, incorporando uma série de funções, atividades e objetivos às missões de paz tradicionais. Surgiram então as OMP chamadas de segunda geração, com mandatos orientados à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infraestrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais. Os Capítulos VI e VII da CNU respaldam juridicamente este tipo de operação.

3.3 Ferramenta para a solução dos Conflitos

Em 1992, o então SG da ONU, Boutros Boutros-Ghali, apresentou um relatório chamado “Agenda para a Paz”¹⁹, no qual foram definidas as ferramentas a serem utilizadas pela ONU na busca de entendimentos racionais para os conflitos internacionais. No relatório, a ideia de “manutenção da paz” (“peace keeping”) abrangeria os seguintes tipos de atividades, a saber (DINIZ, 2006, p.87):

- Diplomacia preventiva (“Preventive diplomacy”);
- Promoção da Paz (“Peace making”);
- Manutenção da Paz (“Peace keeping”);
- Consolidação da Paz (“Peace building”);
- Imposição da paz (“Peace enforcement”).

Compreendendo o significado de cada uma das ferramentas apresentadas acima, cujas definições encontram-se no Anexo B, depara-se com uma gama de conceitos, alguns de extrema relevância, que demandam uma atenção especial, mormente quando do

¹⁹An Agenda for Peace. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2010.

estabelecimento de uma missão de paz e elaboração do respectivo mandato. É o caso dos conceitos de consentimento e de imparcialidade.

Embora nas operações convencionais de guerra o consentimento não seja questão de maior relevância para o comandante militar, nas operações de paz ele é determinante. Relativamente à noção de consentimento, Alan James (CARDOSO, 1998, p.19-20) assinala:

[...] à fria luz das relações internacionais, é difícil deixar de imaginar que a presença de ‘peace keepers’, sobretudo quando organizados como uma força de paz seja uma indicação de que o Estado hospedeiro não foi capaz de resolver sozinho o problema. [...] A impressão de fraqueza que transmite ao mundo, somente será aceitável como o menor de dois males.

O reconhecimento formal da necessidade da missão e o consentimento permitirão equacionar a questão da soberania, que poderia estar sendo comprometida. Entretanto, esse consentimento entre as partes envolvidas pode variar dramaticamente no decorrer da execução e a sua redução pode levar a uma incontrolável escalada de violência, provocando mudanças profundas na natureza da operação (FONTOURA, 1999, p. 88).

Não menos importante que o conceito anterior, temos o fato de a missão de paz ser também influenciada pelo grau de imparcialidade desenvolvida pelo elemento desdobrado no terreno, assim como pela percepção que os partidos envolvidos têm dessa imparcialidade. Existe uma relação diretamente proporcional entre imparcialidade e legitimidade da operação. A experiência demonstra que o grau de imparcialidade é elevado quando são desenvolvidas operações de assistência humanitária em prol de todos os partidos envolvidos na pendenga (FONTOURA, 1999, p. 96).

Os conceitos apresentados a seguir, e definidos no Anexo C, contribuem decisivamente para o sucesso de uma OMP. São eles o mínimo uso da força, a multinacionalidade, a unidade e a credibilidade.

Dentre as várias características de uma OMP, pode-se destacar a transparência e a informação como sendo aquelas que proporcionarão a todos os envolvidos na resolução do conflito, conhecer de forma clara, principalmente, a população local, os objetivos buscados, as intenções desejadas e as ações desenvolvidas. Cita-se como exemplo as inúmeras reuniões coordenadas por este autor na UNTAES), na ex-Iugoslávia, no período de novembro de 1996 até fevereiro de 1998, cujo propósito era esclarecer as dúvidas da população sérvia sobre as medidas de proteção e os acordos firmados entre a ONU e o governo croata.

Portanto, está cada vez mais presente o fato de que a população do país anfitrião precisa perceber, preferencialmente via medidas concretas, que não apenas as medidas relacionadas com a segurança apresentam melhoras, mas também, e particularmente, as possibilidades de uma melhor qualidade de vida (emprego, saúde, educação), relacionadas com um maior grau de desenvolvimento do país.

3.4 Evolução das OMP

Ainda sob a égide da Guerra Fria, as primeiras OMP foram autorizadas e desencadeadas, mesmo dentro daquela rivalidade ideológica bipolar entre os EUA e a URSS. Nesse cenário, os conflitos envolviam Estados Soberanos, ou seja, oposição entre países dispostos a defender seus respectivos objetivos nacionais contra agressão externa. Era, assim, possível entender que se tratava de guerra ou conflito entre forças armadas de dois Estados Soberanos.

Desta forma, comenta DOYLE (1996), surgia a primeira OMP em 1948, denominada UNTSO. Era inaugurada a chamada operação tradicional ou de primeira geração, que vigorariam até o final da década de 80.

Com o final do conflito bipolar, inaugurou-se o período de maior atuação da ONU no campo da manutenção da paz e segurança internacionais. Entre 1988 e 1999 foram

instituídas 40 operações de manutenção da paz, ou seja, o total de missões triplicou em relação a quatro décadas anteriores ²⁰.

No entendimento de FONTOURA (1999), os principais fatores que influenciaram a grande proliferação das missões de manutenção da paz neste período foram: o ressurgimento de tensões que se supunham superadas, como os conflitos de cunho étnico, religioso ou nacionalista; o maior apoio das grandes potências às atividades da ONU no campo da manutenção da paz e segurança; e a crescente universalização dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos.

Segundo DOYLE (1996), as operações de paz de segunda geração possuíam três vertentes de atuação: a “promoção da paz” (negociação de tratados de paz entre as partes envolvidas); a “manutenção da paz” (monitoramento e desmobilização das forças militares, supervisão da instalação de um governo civil provisório, e tratamento da questão dos refugiados); e a “construção da paz” (monitoramento da questão dos direitos humanos, auxílio na organização de eleições democráticas e ações de reconstrução econômica).

As OMP de segunda geração, ou multidisciplinares, são bastante complexas e se diferenciam das clássicas, ou de primeira geração, por apresentarem mandatos orientados à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infraestrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais (FONTOURA, 1999, p.75).

Cita-se como exemplo de OMP de segunda geração UNAMIC, de outubro de 1991, cujo caráter multidimensional abarcava tarefas nas áreas política, militar e humanitária, exigindo maior coordenação dos trabalhos das Nações Unidas (suas Agências, Fundos e Programas) com os demais atores internacionais, como as Organizações Não Governamentais,

²⁰ Dados do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/timeline/>>. Acesso em 2 de maio de 2010.

as organizações regionais e as instituições financeiras internacionais.

A partir da autorização das missões de “imposição da paz”²¹, que foram classificadas por Bouthros-Ghali como a terceira geração das OMP, surgiram os maiores problemas enfrentados pela ONU.

Nesse caso, os mandatos, autorizados pelo Capítulo VII da CNU, visavam às ações militares para proteger atividades de assistência humanitária, à imposição de cessar-fogos e ao auxílio na reconstrução dos Estados, cujos conflitos eram intraestatais e de cunho civil.

Portanto, a mudança na natureza dos conflitos no período pós-Guerra Fria e a complexidade com que estes se apresentam até a atualidade, especificamente aqueles intraestatais e de cunho civil, trouxeram uma série de consequências aos fundamentos tradicionais das OMP – respeito à soberania estatal, imparcialidade da missão, consentimento das partes em conflito, uso da força somente em autodefesa, modificando de forma gradual a caracterização de tais operações.

Uma nova evolução ocorreu devido à flexibilidade da definição sobre o que representa de fato uma ameaça à paz e à segurança internacional, assim como o relativismo do princípio do “uso da força” na consecução dos mandatos das missões.

Primeiramente, as missões de paz limitavam o uso da força ao exercício da autodefesa em situações extremas entre Estados. Entretanto, segundo CARDOSO (1998), nas operações mais recentes, principalmente naquelas que incluem proteção à prestação de assistência humanitária, moldou-se a restrição do uso da força às necessidades da operação, inclusive intraestados, passando dos termos do Capítulo VI para os do Capítulo VII da CNU.

O princípio do “consentimento das partes para a autorização da missão” sofreria alteração, uma vez que aumentava a quantidade de atores envolvidos nos conflitos intraestatais, dificultando a distinção de quais interlocutores representariam a vontade das

²¹An Agenda for Peace. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 22 maio 2010.

partes e garantiriam o que seria pactuado. Admitiu-se, então, que o consenso entre as “principais” partes já bastaria para justificar a OP, deixando as partes “secundárias” à margem das decisões (FONTOURA, 1999, p.89).

Segundo FONTOURA (1999), a experiência adquirida com os insucessos na ex-Iugoslávia, em Ruanda e na Somália, está sendo utilizada pelo DPKO no desenvolvimento de um novo “paradigma” para as forças de paz, pois, tal evolução interferiu diretamente na legitimidade das Nações Unidas para interpor em certos conflitos. Atualmente, entende-se como essencial a presença militar apta a resistir a fadiga, ou seja, vigorosa no primeiro período da missão para que se estabeleça a credibilidade da presença internacional²².

Pode-se também apontar a MINUSTAH como prova do esforço da ONU em desenvolver um novo modelo de intervenção em conflitos internos.

Apesar de autorizada pelo CSNU, sob a égide do Capítulo VII da CNU, abrindo espaço para que os capacetes azuis empreendessem ações firmes no Haiti, a fim de pacificar o país, houve o entendimento de que o uso da força por si só não solucionaria o problema, uma vez que a questão envolve situações políticas, humanitárias, econômicas e sociais

A preparação brasileira para atender as OMP baseia-se na adesão ao UNSAS que, segundo FONTOURA (1999), nada mais é que um processo inteligente capaz de proporcionar uma rápida resposta a determinadas necessidades, uma vez que se trata de um sistema baseado no comprometimento voluntário dos Estados membros em apoiar com pessoal e material (meios) específicos a execução de determinada OMP, que está sendo articulada. No próximo capítulo será apresentada a relevância deste processo no aspecto logístico.

Este capítulo apresentou os principais conceitos e um breve panorama sobre as OMP, desde sua gênese até a atualidade, destacando a participação brasileira, quer seja nas operações propriamente ditas quer seja na busca da preparação para atendê-las.

²² United Nations Department Of Peacekeeping Operations (Dpko). The Challenges of Peacekeeping in the 21st Century. Background note. 2004 Parliamentary Hearing at the United Nations: “from disarmament to lasting peace: defining the parliamentary role”. Nova York, 19-20 outubro 2004. p.1.

Tais conhecimentos foram importantes para proporcionar o conforto da leitura do próximo capítulo, que versará sobre o Sistema Logístico da ONU para atender às OMP.

4 O SISTEMA LOGÍSTICO DA ONU PARA AS OMP

4.1 Conceito de Logística para a ONU.

A ONU entende logística como “uma ciência do planejamento e condução da administração, circulação de pessoas e materiais necessários a uma missão e todas as atividades conexas com o prosseguimento da mesma, tais como as transmissões, engenharia e transportes aéreos” (BAIG, 2002, p. 7).

4.2 Estrutura Logística da ONU na execução das OMP

Cabe à AG e aos Estados membros fornecerem coletiva e individualmente os meios e recursos para implementar um mandato.

Dentro da ONU, existem dois departamentos envolvidos com as OMP, o DPKO e o de DFS²³, sendo este último o responsável pelo planejamento, organização, execução e manutenção de um sistema logístico desdobrado para apoiar uma OMP.

Na visão do DPKO, criado em 1992 com a missão de fornecer orientação e direção política e executiva às missões de paz, o apoio logístico das OMP é baseado na integração dos meios de propriedade da ONU, daqueles contratados e daqueles fornecidos pelos contingentes militares²⁴.

Todos os apoios ou serviços a uma OMP, independentemente das suas origens, são considerados, pelo DPKO, comuns para a missão como um todo. Esses recursos devem ser disponibilizados de maneira uniforme e equitativa, obedecendo às prioridades impostas para o desenvolvimento da missão.

²³ Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/dfs.shtml>>. Acesso em 8 de maio de 2010.

²⁴ Disponível em: <<http://www.cioppaz.ensino.eb.br>>. Acesso em 10 de maio de 2010.

O DFS tem como elemento subordinado a DAL, responsável pela implementação, coordenação e supervisão das políticas e procedimentos relacionados com a logística nas OMP.

A base logística da ONU em Brindisi²⁵, na Itália, está subordinada à LSD. Lá se encontram estocados materiais e equipamentos estratégicos para o apoio logístico e, em casos de urgência, para o rápido desdobramento de contingentes (BAIG, 2002, p.44). O Anexo D apresenta a estrutura da ONU em apoio às OMP.

4.3 Documentos no Apoio Logístico às OMP

Para a execução de toda a logística que envolve uma OMP, cinco documentos formais são considerados fundamentais para o correto controle e gerenciamento das inúmeras atividades que a envolvem (MD34-M-02):

- a) SOFA - é o acordo entre a ONU e o país hospedeiro, estabelece condições para início das atividades, inclusive de ordem legal, contendo detalhes acerca da utilização de armamento, veículos, instalações, uniformes, privilégios, imunidades, e liberdade de movimentos, dentre outros, e descrevendo todas as necessidades da OMP;
- b) “Guidelines” - são diretrizes de ordem geral para os países participantes, elaboradas pelo DPKO, que especificam, no campo da logística, o Conceito do Apoio Logístico;
- c) SOP - visa a padronizar, na área da missão de paz, os procedimentos operacionais, logísticos, administrativos e de comunicações. Apresenta um conjunto de regras que devem ser observadas por todos os setores da missão.

²⁵ UNLB – United Nations Logistics Base. Em 23 de novembro de 1994, a ONU e o Governo italiano assinaram um MOU e um mês depois o Secretário-Geral da ONU formalizou a criação da primeira base permanente das Nações Unidas.

Elaborado pelo DPKO e distribuído aos países contribuintes, é singular para cada OMP;

- d) COE System - é o sistema adotado pela ONU, desde 1996, a fim de simplificar os meios através dos quais os países contribuintes são reembolsados por desdobrar pessoal e material na OMP. É o alicerce para a preparação do MOU;
- e) MOU - é o documento que materializa o compromisso entre a ONU e os países contribuintes, definindo responsabilidades e padronizando o apoio entre estes. Nele são definidos os principais materiais e equipamentos a serem desdobrados, as condições de autossustento, os efetivos, o tipo de arrendamento acordado e, principalmente, o reembolso da ONU referente aos equipamentos, uma vez que pode ou não incluir a responsabilidade pela sua manutenção.

Uma das maiores dificuldades de uma força multinacional é a uniformidade dos equipamentos utilizados pelos Estados participantes, cujo variado espectro demandaria gastos elevados para a necessária manutenção. A solução para esta dificuldade adveio da utilização, pela ONU, dos seguintes formatos de arrendamento do material:

- a) “Dry Lease” - O EM participante fornece o equipamento e a ONU se responsabiliza integralmente pela sua manutenção, repassando os valores gastos ao Estado detentor do meio reduzindo assim o valor do reembolso que receberia caso fosse responsável pela conservação e funcionamento;
- b) “Wet Lease” - O Estado participante, além de fornecer o equipamento, é responsável pela aquisição dos sobressalentes e pela manutenção do mesmo, recebendo um reembolso maior pelos custos envolvidos e aluguel do equipamento.

O apoio da ONU às OP é normalmente diferenciado pelo tamanho, desde um pequeno grupo de observadores civis numa missão de diplomacia preventiva até numerosos contingentes militares encarregados de executar a referida OP. Já na época da LDN, pensava-se em uma logística que pudesse rapidamente prover os meios para a resposta aos conflitos.

A ONU não espera obter gratuitamente o apoio logístico dos países contribuintes. De uma forma simples pode-se dizer que a ONU "aluga" o contingente militar, para a execução de determinada tarefa em determinado período de tempo, reembolsando o respectivo governo pelos gastos atinentes a esta efetiva participação. Visando a certificar-se daquilo que paga, a título de reembolso, antes do referido pagamento a ONU realiza uma série de inspeções, e produz diversos relatórios, tais como o Relatório de Inspeção à chegada, Periódico de Verificação, Prontidão Operacional e de Repatriação²⁶.

4.4 Fases do Ciclo de Apoio Logístico das OMP

O Ciclo do Apoio Logístico nas OMP é dividido nas seguintes fases:

- Planejamento;
- Desdobramento;
- Autossuficiência; e
- Liquidação

Na fase do Planejamento, é realizada uma visita à nação hospedeira (TSM),²⁷ visando ao levantamento das necessidades da missão, ou seja, a perfeita identificação da influência que a geografia, as condições climáticas, o nível técnico e equipamento dos estados-maiores terão sobre o apoio logístico àquela OMP.

²⁶ BAIG, Kamran - Logistical Support to United Nations Peacekeeping Operations, UNITAR-POCI, New York, 2002, p.72.

²⁷ TSM - Technical Survey Mission.

O objetivo primordial da fase de planejamento é a produção de um plano confiável, econômico e realista dos custos da missão, executados por uma equipe de avaliação técnica que calcula os recursos e as insuficiências existentes. Em seguida, o DPKO, em conjunto com representantes da nação hospedeira e da missão permanente do país contribuinte, elabora a proposta do SOFA e MOU, documentos que definem as responsabilidades e obrigações das partes no tocante ao pessoal, equipamento e autossustento.

A responsabilidade pelas despesas na fase do Desdobramento é da ONU, que se utiliza da LOA²⁸ para providenciar o transporte dos equipamentos por via marítima, ferroviária ou rodoviária. O pessoal é transportado por via aérea, devendo obedecer ao limite de bagagem fixado em 45 quilogramas/homem. Visando à verificação de divergências em relação ao COE System e ao MOU, a tropa, ao desembarcar na área de operações, é revista por integrantes da missão.

Tão logo as tropas de um contingente cheguem à área da missão, devem estar em condições de prover todas as suas necessidades. Tem, assim, o início da fase do Sustento. O contingente deve ser autossuficiente em alimentação, água, combustíveis, lubrificantes, dentre outros itens que foram previamente acordado com a ONU e cujo período de autossuficiência varia entre 30 e 90 dias. O equipamento do contingente permanece na missão até o seu encerramento, enquanto os efetivos são trocados a cada seis meses.

Após a fase inicial de autossuficiência, durante todo o período na missão, até o seu regresso, o contingente passa a ser suprido pela ONU nos seguintes itens: alimentação, água, combustível, sangue e derivados, evacuação médica acima do 2º nível, apoio de engenharia (construção) e outros serviços de conservação de infraestrutura e desminagem.

²⁸ O LOA - Letter Of Assist é um método de contrato, instituído por requisição do país contribuinte, através do qual a ONU se responsabiliza pelo provimento de suprimentos ou serviços especiais. O Escritório de Apoio à Missão, no DPKO, é o órgão responsável por confeccionar a LOA, que deve ser assinada, da mesma forma que o MOU, por representantes do país contribuinte e da ONU.

A ONU, da mesma forma que na fase de desdobramento, adota as providências necessárias para movimentar pessoal e material para o país de origem. Esta é a chamada fase da liquidação. Além disso, a ONU responsabiliza-se também pelo fechamento das bases ocupadas pelo contingente, apoio logístico do destacamento de retaguarda e, se necessário, uma força para prover segurança durante os movimentos de embarque²⁹.

4.5 Funcionamento do Sistema Logístico da ONU

O MOU deve ser cumprido fielmente na execução do fluxo do suprimento logístico entre a estrutura da ONU e os contingentes desdobrados na OMP. O CLO é o coordenador dos níveis de estoque e dos quantitativos a serem providos, podendo alterá-los de acordo com a situação vigente.

Especificamente na MINUSTAH, as necessidades logísticas são supridas pelo MIS. Esse sistema possui um organismo denominado JLOC, o qual combina os estado-maiores logísticos militares com as estruturas civis.

A tarefa do JLOC é adequar as necessidades da missão com as particularidades da área de desdobramento, observando as diretrizes logísticas da ONU. Tal adequação é externada por meio da elaboração dos SOP, que são consolidados no MOU, o qual define as responsabilidades entre a ONU e os países que contribuem com contingentes para a missão³⁰.

Ao organizar e desdobrar uma missão, o DPKO designa um funcionário para desempenhar as funções de CMS. Este funcionário ocupa uma posição de grande relevância na estrutura da missão, pois ele é o principal assessor do SRSG para os assuntos administrativos e é o executor da gestão financeira da missão, controlando: todo o recurso

²⁹ DPKO, Field Administration and Logistics Division, Provisional guidelines for the Liquidation of the field missions, UNHQ, New York.

³⁰ Nota de Instrução de Preparo do Batalhão Haiti, do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) Sergio Vieira de Mello.

financeiro, aquisições, indenizações, pagamentos e contratos. Desempenha suas funções objetivando sempre eficiência e economia³¹.

Sendo assim, a dinâmica do sistema logístico do MIS inicia-se quando os diversos componentes requisitam suprimentos e serviços ao JLOC. Nesta célula, onde pela primeira vez há integração dos componentes civil e militar no processo, os pedidos são processados, sempre de acordo com o MOU, as Diretrizes Logísticas e o SOP. Após o processamento do JLOC, as requisições são encaminhadas ao ramo logístico (suprimento, manutenção etc.) ou ao ramo administrativo (pagamento, indenizações etc.) para execução.

4.6 Acordo Prévio sobre Disponibilização de Tropas Prontas da ONU

Recentemente foi colocado em prática o conceito de uma força de pronto emprego com o apoio ofertado pelos Estados-membros, o qual foi denominado UNSAS.

Neste conceito o Estado-membro tem a prerrogativa de participar, ou não, da operação que está sendo articulada. Os meios a serem ofertados permanecem no território dos Estados contribuintes até que seja confirmada a sua incorporação à missão (FONTOURA, 1999). Cabe ao Estado informar quais seriam seus meios e efetivos disponíveis para as OMP e em quanto tempo poderia mobilizar tais recursos. Este dado permitiria aos planejadores do DPKO e do DFS gerenciar uma base de dados que lhes facilitará a composição das forças.

Os Estados membros que expressarem a vontade de participar do sistema deve ser submetido, necessariamente, a três fases ou níveis de comprometimento:

- Fase 1: O país apresenta a lista genérica de sua capacidade de participação;
- Fase 2: São preenchidas e enviadas as planilhas, próprias da ONU, referentes

aos meios em pessoal e material (“Planning Data Sheet”); e

³¹ Ibidem, p. 40.

- Fase 3: É preparada uma minuta genérica de MOU entre o país e a ONU.

Atualmente o Brasil já executa a fase 3 e os meios oferecidos podem ser encontrados nas publicações MD33-M-01 (BRASIL, 2001b) e EMA-402 (BRASIL, 2002), esta última referindo-se apenas aos meios da MB

4.7 Reembolso da ONU

Alguns teóricos defendem que esse componente foi a diferença entre o sucesso atual das operações sob a égide da ONU e aquelas executadas anteriormente na Liga das Nações.

O reembolso é dividido nas seguintes categorias específicas, definidas no COE Manual: ME, EC, SS, TC e outros serviços cobertos por LOA (ONU, 2009b).

Nos ME estão enquadrados todos os equipamentos de grande porte e valor, que são especificados no COE Manual, como blindados, geradores contêineres etc. O reembolso prevê, além do pagamento pelo uso em prol da ONU, o ressarcimento da depreciação do material.

Os EC são equipamentos especiais, não especificados no COE Manual, reembolsados da mesma forma, embora os valores necessitem ser negociados, previamente, com o DPKO.

O SS é constituído de diversas categorias de serviços que devem ser prestados à tropa, como confecção de rancho, acomodações, internet, combate a incêndio, lavanderia, limpeza, lazer, dentre outros, registrados por efetivo de tropa atendida.

O TC contabiliza o emprego da tropa em proveito da ONU e nos seus custos estão incluídos gastos com adestramento prévio para desdobramento, uniforme e munição.

Há uma infinidade de serviços que podem ser atendidos por LOA, que é o método de contratação através da qual a ONU coordena o fornecimento de suprimentos ou serviços

especiais para determinado contingente. É normalmente utilizado quando há uma obrigação da ONU na provisão de um serviço qualquer, sendo providenciado pelo TCC

A ONU possui uma série de regras, também bastante detalhadas, principalmente no que concerne aos prazos e valores aplicados a cada equipamento proposto.

A negociação do Brasil com a ONU demanda que os representantes brasileiros possuam apurado conhecimento operacional e técnico para a missão, bem como sobre o “*modus operandi*” daquela Organização quanto à aprovação de nossas propostas e consequentes reembolsos.

O reembolso tem sido motivo de grande inquietação para o EMD e as Forças, pois, apesar dos valores serem direcionados ao Tesouro Nacional, é uma questão de preocupação com o erário público obter o valor máximo possível.

A cada dois anos, a ONU oferece aos Estados membros a possibilidade de ter representantes no “Contingent Owned Equipment/Reimbursement Course”. Neste curso ocorre a disseminação detalhada sobre o processo de “NEGOCIAÇÃO” na participação com tropas e unidades de polícia em OP e o estudo do COE Manual.

Durante a execução do curso supramencionado, experiências e ensinamentos profissionais específicos são estudados e discutidos, sendo que, sob a ótica do autor que participou em 2008 do referido curso, os assuntos apresentados abaixo merecem destaque por serem corriqueiros e permitirem resultados práticos de reembolso, a curto ou médio prazos:

- a) Podem ser requisitados reembolsos da ONU pelo dispêndio de recursos monetários dos TCC para aplicação de vacinas específicas nos contingentes que integrarão missões de paz, tais como, contra a febre amarela;
- b) É fundamental que os negociadores do MOU conheçam os equipamentos que os seus países têm condições de oferecer para as missões de paz e também o COE System como um todo;

- c) Um país contribuinte com tropa em uma missão de paz, ao terminar sua participação na mesma, tem até cinco anos para requisitar reembolsos, usando os modelos para reclamações/reivindicações ("Claims"), desde que a missão não seja liquidada durante esse período. Contudo, é recomendável que o faça o quanto antes, criando, assim, melhores condições de sucesso;
- d) Período de “Autossuficiência” (“Self Sufficiency”): normalmente negociado no MOU para que se estenda até os seis primeiros meses da missão, requer que os TCC mostrem aos inspetores que realmente possuem condições de provê-los por esse período. É importante que os Comandantes de Contingente solicitem aos referidos inspetores, durante as Inspeções Iniciais, que anotem a quantidade de ração, água, combustível e óleos lubrificantes, pois esses itens, normalmente fornecidos pela ONU nas missões, poderão ser motivos para gerar processos de reembolso.

Este capítulo permitiu entender que o apoio logístico para uma OMP é bastante complexo e extremamente dependente dos acordos firmados entre a ONU, o Estado hospedeiro e os Países contribuintes, antes da projeção dos contingentes na área da missão. Apresentou também a importância de conhecer os detalhes atinentes ao reembolso da ONU aos Estados contribuintes quando da cessão de pessoal e material para atender as OMP

O capítulo seguinte trará elementos que permitirão ao leitor a compreensão da evolução dos países do Cone Sul na participação das OMP, com ênfase nas ações de apoio logístico, desenvolvido pelo Chile, às suas respectivas tropas desdobradas na MINUSTAH.

5 PAÍSES DO CONE SUL NAS OMP

Percebe-se uma significativa evolução na participação dos países do Cone Sul em OMP. Inicialmente ocorreu por meio do envio de observadores militares individuais, seguidos de contingentes maiores e, por último, pelo entendimento estratégico de que a participação em atividades dessa natureza conduziria ao incremento da política externa de cada país, contribuindo, assim, para o aumento de seu respectivo papel na aldeia global.

Em uma análise sobre o princípio de não-intervenção na América Latina, SERRANO (2000) identifica que os países da região têm adotado posições mais flexíveis em relação ao princípio. Os processos de redemocratização dos países, a pacificação da América Central e a integração das economias ao mercado global são exemplos da referida flexibilização, que contribuíram para uma nova visão sobre a soberania. (SERRANO, 2000, p 224).

Segundo dados atuais do DPKO, dos 117 Estados membros da ONU envolvidos em OMP, os países do Cone Sul ocupam as seguintes posições em termos de pessoal envolvido: Uruguai, 9ª posição, com 2.551, Brasil, 19ª, com 1.284, Argentina, 25ª, com 892; e Chile, 32ª, com 517³² e, segundo ULERY (2005, P.60), 85% das contribuições latino-americanas para as missões de paz da ONU vêm de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

Analisando-se os números apresentados acima e comparando-os com dados atinentes a década dos anos 90³³, depreende-se que houve incremento considerável na participação dos países do Cone Sul nas OMP, cujas consequências foram o aumento da visibilidade de cada um deles no contexto internacional.

³² A contribuição detalhada dos 117 Estados membros que contribuem com tropas para as missões de paz encontra-se disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpkp/dpko/contributors/2008/sep082.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2010.

³³ A contribuição detalhada dos Estados membros que contribuem com tropas para as missões de paz na década dos anos 90 encontra-se disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpkp/dpko/contributors/2008/sep082.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2010.

O “*site*” de informações sobre segurança e defesa na América Latina, menciona dados do DPKO afirmando que a participação em OP dos países latino-americanos aumentou 747% no ano de 2000, tendo a média da participação das demais regiões aumentado em apenas 123%³⁴.

Ressalta-se que o cenário MINUSTAH, primeira OMP desenvolvida em seu aspecto militar com a participação simultânea da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, será utilizado para o desenvolvimento do capítulo, que possibilitará a identificação de exemplos e de análises.

A participação chilena é um caso diferenciado, pois se encontrava com tropas na “Multinational Interim Force”, no Haiti, antes da MINUSTAH. A participação chilena em uma missão de “peace enforcement” foi uma inovação, tendo o país conseguido mobilizar suas tropas rapidamente (em um período de 48 horas, 350 militares chilenos já estavam a caminho do Haiti) (HEINE, 2006, p 496).

Para o Chile, a MINUSTAH foi também uma quebra de paradigma, porque representa o pioneirismo no envio tanto de mulheres para o cumprimento de funções operativas (como Comandantes de Seções de Apoio Logístico) quanto de jornalistas (oficiais da reserva e empregados civis do sexo masculino e feminino) em um contingente de OMP (CLAVEL, 2006, p 211).

Segundo o “Capitan-de-Navío (Infante de Marina)” Eduardo Aranda Mora, atualmente exercendo a função de Chefe do Departamento de Logística das Operações de Paz do EMC do MDN do Chile, o qual, em 2007, foi o encarregado da DDR e, em 2008, o encarregado da Divisão Marítima da MINUSTAH, o ciclo do apoio logístico às tropas desdobradas no Haiti divide-se em programado ou extraordinário.

³⁴ Disponível em: < <http://www.resdal.org/genero-y-paz/main-genero-operaciones-paz.html>>. Acesso em: 12 maio 2010.

O ciclo programado ocorre da seguinte forma: no terceiro mês da missão o comandante de cada uma das frações constituídas, identifica, analisa e envia sua respectiva necessidade, para os próximos seis meses, ao EMC, que, após aprovação, encaminha para cada FA realizar as compras no prazo de até dois meses. Uma vez adquiridos os suprimentos, a carga é preparada por cada Força e concentrada em Base Aérea ou Naval, dependendo do meio que a transportará.

O ciclo extraordinário poderá vir a ocorrer em situação emergencial, para a qual o comandante daquela fração constituída que necessita do referido apoio envia solicitação, devidamente respaldada, ao EMC, com cópia para sua respectiva FA. Após autorização do EMC, a FA executa a compra e coordena com aquele Estado-Maior o envio do material para a área de operações.

O transporte do material para o apoio logístico é realizado tanto por meio de aviões da Força Aérea do Chile, quanto por navios da Marinha chilena ou civis arrendados, sendo estes últimos contratados e pagos pelo EMC. Até o presente momento foram utilizados a Barcaza Valdivia (em duas oportunidades) da Marinha, e as aeronaves Hércules C-130, Boeing 767 e Boeing 737-300, da Força Aérea. A frequência deste apoio logístico é de uma única vez para cada ciclo de Logística.

A coordenação e o controle do apoio logístico são realizados pelo MDN, que executa um rigoroso controle para o desembarço aduaneiro, quer seja para o material que sai do país (exportações) ou para as repatriações, consideradas importações.

Ressalto que não existe uma unidade específica de comando para tratar de forma combinada da logística para as forças em OMP. Essa atividade é coordenada pelo Departamento de Logística do Departamento de Operações de Paz do EMC, do MDN e executada pelas FA.

Os conhecimentos apresentados permitem ao leitor entender o apoio logístico realizado pelo Chile às suas tropas na MINUSTAH. Permitirá também que sejam realizadas as comparações com os procedimentos desenvolvidos pelo Brasil e, posteriormente, uma análise ,na fase da fase da conclusão. O próximo capítulo apresentará como o Brasil executa o próprio apoio logístico às suas forças em OMP

6 A LOGÍSTICA BRASILEIRA NAS OMP

Conforme apresentado no Capítulo 4, o apoio logístico em uma OMP obedece aos preceitos normatizados pela ONU. Sua realização deve primar pela coordenação e flexibilidade no suprimento das funções logísticas, de forma compartilhada, pelas agências da ONU e pelo TCC, atores desta temática.

6.1 O Apoio Logístico ao Haiti

A MINUSTAH foi criada pelo CSNU através da Resolução 1.542, de abril de 2004, tendo sido, recentemente, confirmada pela Resolução 1.908, de janeiro de 2010, que aumenta os níveis de força da MINUSTAH para apoiar os esforços de recuperação, reconstrução e estabilidade imediatas e prorrogando o Mandato em mais um ano.

No desdobramento inicial, em abril de 2004, o contingente brasileiro era constituído por uma Brigada Combinada com um Estado-Maior Combinado, enquadrando duas peças de manobra. Os efetivos eram distribuídos da seguinte maneira: Marinha – 251; Exército – 948; e Força Aérea – 1, num total de 1.200 militares.

A atual estrutura do contingente brasileiro é composta por duas unidades independentes, cada uma com o seu MOU. A primeira é o BRABAT, composta por 10 oficiais e praças da MB, 796 militares do EB e 1 oficial da FAB, formado pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais Haiti (299), um oficial de Estado-Maior, um Pelotão paraguaio (31), e mais um oficial peruano ou boliviano (em sistema de rodízio) no Estado-Maior. A segunda é a Cia E F Paz, do Exército Brasileiro (250). O efetivo total do nosso Contingente, hoje no Haiti, é de 1.266 militares.

A logística militar, conforme previsto em sua Doutrina (MD, 2002, p. 4 e p.10) é o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços

necessários à execução das missões das Forças Armadas. Está dividida nas fases de determinação de necessidades, obtenção e distribuição, e subdividida nas seguintes funções logísticas: recursos humanos, saúde, suprimento, manutenção, engenharia, transporte e salvamento (BOTELHO, 2008, p.27).

O apoio logístico ao contingente brasileiro na MINUSTAH é desenvolvido de acordo com a visão do DPKO, que se baseia na integração dos meios a partir de três fontes: os fornecidos pelos próprios contingentes militares, os de propriedade da ONU e aqueles contratados pela própria ONU.

A primeira fonte, oriunda do Brasil, atende ao Manual de Logística para Operações Combinadas – MD34-M-01, complementado com as atribuições do CCL, que será detalhado mais adiante.

A segunda refere-se ao apoio oriundo da própria ONU, comumente atribuído à Base Logística da ONU em “Brindise” na Itália, e finalmente, a terceira fonte que se configura mediante a contratação de serviços e aquisição de material no própria área de operações.

A fonte inicial de apoio logístico à tropa desdobrada é a própria Força da qual é originária. O ciclo logístico começa com a determinação de necessidades, seguido da aquisição dos meios que possam atender a uma ampla gama de itens e serviços, pois, conforme acordado no MOU, a responsabilidade de autossustento da tropa é inteiramente do Brasil. Isto é válido, também, para a manutenção de todos os equipamentos pertencentes ao contingente brasileiro, conforme as definições de “Wet Lease” apresentadas no Capítulo 4. Para que as Forças possam arcar com a aquisição desses itens, há uma ação de governo de onde provemos recursos financeiros destinados a obtenção de materia a ser empregado no Haiti, denominada “Participação do Brasil em Operações de Paz”, prevista nas leis orçamentárias nacionais e administrada pelo EMD.

O ciclo logístico se completa com a distribuição que é apoiada por aeronaves da Aeronáutica, navios da Marinha e, eventualmente, por meios contratados.

Desde o início, GptOpFuzNav, Força da MB desdobrada no terreno, levantava suas necessidades logísticas e as enviava para o ComFFE. Após autorização do ComFFE, a BFNRME executava, efetivamente, a aquisição do referido material, de acordo com as formalidades das regras existentes para essa atividade, utilizando-se de verba específica destinada à MB pelo MD, para a execução das tarefas atinentes à MINUSTAH. A título de exemplificação, coube à MB cerca de 25 milhões de reais para o ano de 2009.

O material adquirido era armazenado em um paiol pertencente à Seção de Operações de Paz do Estado-Maior do ComFFE, denominado PAIOL BRASIL, localizado no BtlEngFuzNav. O referido depósito foi criado com a finalidade de armazenar todo o material em trânsito, seja para o Haiti ou retornando para o Brasil.

Até junho de 2009, a responsabilidade sobre o controle desse paiol era do ComFFE. A partir de julho do mesmo ano, o BtlLogFuzNav recebeu a tarefa de controlá-lo, uma vez que lhe cabia a responsabilidade do cadastramento de todo o material da MB existente no Haiti.

6.2 A criação do CCL

Como foi visto anteriormente, a logística a ser desenvolvida para o apoio a uma OMP demanda uma intensa e difícil coordenação baseada em acordos entre a ONU e os respectivos países membros. Para suplantar as inúmeras dificuldades, o MD visualizou como solução a implantação do CCL.

Em reunião realizada no dia 7 de maio de 2004, no CML, após acordos anteriores entre o MD e os EM das FA, foi decidida a criação do CCL, o qual ficaria, fisicamente, localizado no 1º DSup da 1ª RM/RJ, chefiado por seu respectivo Comandante mas

controlado, entretanto, pela SC-4 do EMD. Seria inicialmente composto por oficiais representantes das três FA. Suas principais tarefas seriam:

- assegurar o funcionamento do fluxo de apoio logístico do Brasil para o Haiti e vice-versa;
- confeccionar mapas e relatórios periódicos relativos aos assuntos de logística e remetê-los ao EMD;
- controlar os pedidos de suprimentos; orientar as atividades logísticas das Forças Componentes do Batalhão Haiti (inclui GptOpFuzNav) e da Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz);
- supervisionar as atividades de apoio logístico, fazendo a ligação dos órgãos logísticos apoiadores das Forças com o BRABATT (incluindo o GptOpFuzNav) e com a Cia E F Paz; e
- coordenar a preparação, embalagem, transporte, carregamento e envio do material; e gerenciar o processo de exportação do material.

Na busca do aprofundamento necessário para o conhecimento e posteriores análises sobre o tema em lide, foi realizada, em junho de 2010, uma entrevista com o CC (FN) Joras, encarregado da Seção de Operações de Paz do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra e representante da MB no CCL, no período de Jun/2007 a Dez/2010.

O detalhamento e riqueza das informações, oriundas da experiência e conhecimentos do Cmte Joras, fizeram com que a entrevista fosse considerada bastante relevante, na medida em que foram apresentados dados quantitativos e qualitativos sobre as principais dificuldades e lições apreendidas na integração, com as outras FA, atinentes ao apoio logístico para nossas tropas desdobradas na MINUSTAH, dados estes que serão descritos nos próximos parágrafos.

Ficou acordado que os representantes das FA que comporiam o CCL deveriam estar aptos a informar o andamento de todas as atividades referentes ao suporte logístico àquela parcela de sua Força no Haiti. Quando necessário esse oficial compareceria ao CCL para as atividades que se fizessem imperativas, sob coordenação da 1ª RM/RJ.

Acordou-se, ainda, que atenção especial deveria ser dada ao DA e às prioridades de cada material para embarque tanto nas aeronaves da FAB quanto nos navios da MB.

Para a operacionalização do apoio logístico a ser coordenado pelo CCL, o MD estabeleceu um cronograma com todas as atividades que ocorreriam para o contingente brasileiro, tanto aquele que estava desdobrado no terreno, quanto ao próximo que iria substituí-lo. Para o apoio logístico foram previstos voos da FAB e viagens de navios da MB. Nos dias atuais, os voos de reabastecimento ocorrem, normalmente, a cada três semanas, enquanto os de manutenção podem ser concomitantes ou não com os aqueles outros voos, dependendo da periodicidade das respectivas manutenções, ou até mesmo do grau de urgência envolvida em uma manutenção específica.

O planejamento do apoio logístico, iniciado em cada FA, era transmitido ao CCL por meio de seu respectivo representante, conforme inicialmente acordado. O representante da MB no CCL era um oficial do Estado-Maior do ComFFE, oriundo da Seção de Operações de Paz, designado por Portaria do CEMA.

Duas semanas antes de cada voo de reabastecimento, era enviada, por cada FA, ao Comandante do 1ºDSup, a relação (“Packing-List”) contendo todo o material que se pretendia embarcar, fruto das necessidades logísticas informadas pela sua respectiva tropa desdobrada no Haiti.

Dez dias antes do voo, os integrantes do CCL reuniam-se no CML ou no próprio 1ºDSup, para os acordos necessários referentes ao efetivo embarque do material, atendendo tanto ao espaço disponível para carga na aeronave C-130 (cerca de 60m³ e 15 TON), quanto

às prioridades de cada FA. Normalmente, a MB dispunha de aproximadamente 12,5% do espaço, em função da proporcionalidade de seu efetivo. Entretanto, nos casos de necessidades julgadas extremas, principalmente nos aspectos relacionados com manutenção de equipamentos, os percentuais de espaço eram ajustados. Ao final da reunião definiam-se o que seria efetivamente embarcado no próximo voo.

Uma das atividades que mostrou a grande utilidade do CCL diz respeito ao DA, tanto para o embarque, quanto para a repatriação de materiais das Forças brasileiras no Haiti.

Ao receber o “Packing-List” da MB , antes mesmo da reunião para o ajuste fino (dez dias antes do voo), o 1ºDSup já iniciava o processo de DA.

O DA abriga uma série de procedimentos com vistas ao despacho aduaneiro de qualquer material, tanto no momento da saída (exportação), assim como na repatriação.³⁵ Desta feita, é conferida a exatidão dos dados declarados, pois, o regulamento aduaneiro prevê o pagamento ou não de impostos referentes à exportação/importação.

As aeronaves da FAB ou os navios da MB, com destino ao Haiti ou em retorno, transportando qualquer tipo de carga, só poderiam iniciar as viagens com toda a documentação relativa à exportação ou à importação regularizada e em poder de seus respectivos comandantes.

Após a reunião de coordenação e definido o “Packing List”, era dado início ao processo de embalagem e paletização, executado por cada FA, do material a ser transportado para o Haiti, o qual seria concentrado em depósito localizado no CECAN dois ou três dias antes do respectivo voo de reabastecimento. O embarque no mesmo dia do voo acontecia apenas quando eram transportados armamentos, munições, materiais perecíveis ou da área de informática.

Para armamentos e munição, existia um tratamento especial. No envio de armamento de alguma FA do Brasil para o Haiti, o MD solicitava autorização formal de

³⁵ Importação - art. 482, do regulamento aduaneiro.

sobrevôo nos espaços aéreos de todos os países localizados na rota do deslocamento aéreo entre o Rio de Janeiro e Porto Príncipe.

Para o caso do apoio logístico ser executado por meio de navios da MB, fazia-se mister que os representantes, tanto do EB quanto da FAB, obtivessem os dados detalhados que possibilitassem o embarque de suas cargas nos navios. Cabia ao representante da MB no CCL buscar os dados supracitados e apresentá-los aos respectivos interessados, bem como programar visitas para identificar todo e qualquer entrave que pudesse dificultar o embarque dos diversos materiais.

Ressalta-se que a não observância dos cuidados apresentados no parágrafo anterior ocasionaram, de acordo com os Relatórios de Fim de Comissão HAITI VIII/10 e HAITI X/10 do NDCC Almirante Sabóia, várias discrepâncias, dentre as quais se pode citar: incorreta especificação da empilhadeira para acondicionar a carga; insuficiente quantidade de pessoal para as fainas de carregamento do navio; incorreta utilização do tipo de acondicionamento do material; e falta de reuniões de coordenação com todos os envolvidos na operação.

O apoio logístico da MB, desenvolvido por navio, vem ocorrendo uma única vez para cada contingente. Naturalmente, esses intervalos podiam ser alterados na medida em que existisse uma necessidade que justificasse tal alteração, como por exemplo, o intenso apoio prestado ao Haiti devido ao avassalador terremoto ocorrido recentemente, onde foram empregados os NDCC Garcia D`Ávila e Almirante Sabóia. O Anexo E apresenta registro fotográfico das fainas de carregamento do NDCC Almirante Sabóia nas comissões supramencionadas.

As reuniões de coordenação com os representantes das FA eram atendidas tão somente pelos representantes de cada FA. Não havia a participação da SC-4, nem tão pouco daqueles representantes de setores específicos de cada FA, como por exemplo cita-se o

ComEmChE. Por vezes, algumas necessidades que foram ali visualizadas não eram colocadas em prática com a velocidade desejada, uma vez que careciam de concordância de cada FA.

A estrutura do CCL, em termos de pessoal e material, foi pensada para o atendimento de uma única OP. Caso o Brasil venha a participar de mais de uma OMP, concomitantemente, faz-se necessário uma reestruturação de sua respectiva estrutura, adequando-a à quantidade de OP a serem apoiadas.

No tocante ao atual apoio às tropas da MB, identificou-se uma administração satisfatória, mesmo contanto com pequena proporção de espaço útil para transporte de carga na aeronave e com a reduzida frequência de voos de apoio logístico.

A criação do CCL foi inovadora e buscou intensificar a permanência na ação, maior coordenação e controle no transporte de pessoal, material e suprimentos para as tropas brasileiras desdobradas em uma OP. Embora tenha sido uma necessidade levantada inicialmente de forma singular, sua operação se deu, de fato, de forma combinada entre as Forças.

6.3 A Necessidade da criação do CALOC.

Como já comentado anteriormente, o CCL tem desempenhado de forma adequada as tarefas que conduziram à decisão de sua criação. Mesmo sem uma denominação explícita que expresse o significado do termo COMBINADO ³⁶, suas atividades abarcam a fundamental coordenação do apoio logístico aos efetivos da MB, do EB e da FAB desdobrados na área da OP. É composto por representantes das três FA e é controlado pela Subchefia de logística do EMD.

³⁶ Significado do termo COMBINADO: atividade, operação ou organização relacionada com ações militares de qualquer natureza – estratégica, operacional ou tática - em que tomam parte elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, operando sob um só comando. (BRASIL, 2007a, p. 60)

Nesse sentido e ao juízo do autor, a existência de um CCL já estruturado e executando as atividades apresentadas anteriormente, torna desnecessária e dispendiosa a criação de um CALOC, uma vez que seria necessário, além do possível estabelecimento de novas relações de comando, possível alocação de área física para a composição da estrutura organizacional, de material e de pessoal – esse um fator complicador, fruto da escassez atualmente vivenciada em cada FA. Adicione-se a isso o fato de que tal medida vai de encontro aos princípios da economicidade e da razoabilidade. Ademais, toda e qualquer ativação estará condicionada à participação, eventual, do Brasil em pelo menos uma OMP.

Em que pese o fato do CCL possuir atualmente uma estrutura capaz de cumprir suas tarefas, apenas para o apoio a uma única OP, entende-se que realizados os ajustes condizentes para o atendimento as novas situações de operacionalidades, assim como o incremento da participação nas reuniões de coordenações pelo MD, COM, COTER e COMGAR, o CCL poderá atender as demandas de apoio logístico às tropas brasileiras desdobradas em OP, evitando assim a implementação de novas estruturas.

Espera-se ter, ao longo do trabalho, motivado o leitor para a chegada ao último capítulo, a conclusão. Nela serão sumarizados os aspectos mais relevantes e formalizadas as respostas aos questionamentos que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa.

7 CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento de cada capítulo que compõe esta monografia, é chegado o momento de apresentar, de forma sintetizada, as respostas aos questionamentos que deram origem a este trabalho de pesquisa.

Identifica-se a ocorrência de avanço na política externa brasileira na busca de um papel de ator protagonista no contexto internacional. A aspiração do Brasil em ocupar um assento permanente no CSNU tem sido uma incansável meta estabelecida pelo governo brasileiro, o qual entende a necessidade de alteração do atual formato do CSNU, pois o mundo mudou muito desde a época de sua criação.

Os conceitos sobre OP apresentados contribuíram para o entendimento de que, atender logisticamente uma tropa empenhada numa OMP é extremamente complexo e demanda uma gama de medidas que envolvem políticas, estratégias e imensa quantidade de recursos financeiros.

A participação nas OMP demanda que o Estado membro conheça o complexo, porém muito bem definido, sistema logístico da ONU para OP. Está baseado numa série de documentos que são acordados entre a ONU e o Estado membro. Entende-se que todos são importantes, entretanto ressalta-se o MOU, pois nele são definidos os acordos entre a ONU e o país contribuinte, tais como:

- os principais materiais e equipamentos a serem desdobrados;
- as condições de autossustento;
- os efetivos e as responsabilidades pela manutenção dos equipamentos disponibilizados; e
- o reembolso da ONU, o qual deve ser considerado como muito importante para o Estado membro.

Visualiza-se ser fundamental a participação de representantes brasileiros no “UNCOE / R. Course”, cujo objetivo é o conhecimento detalhado sobre a metodologia de reembolsos, oriundos da ONU.

A adesão ao UNSAS e a fase atual em que o Brasil se encontra, dentro deste processo, permite identificar, com objetividade e de forma clara, os direitos e deveres, tanto do Brasil quanto da própria ONU, facilitando, assim a condução do processo de controle da participação brasileira na OP.

A participação de países do Cone Sul em OMP vem sendo incrementada, uma vez que existe o entendimento estratégico de que tal participação contribuirá para o incremento de seus respectivos protagonismos no cenário internacional.

Comparando o “modus operandis” da execução do apoio logístico brasileiros às suas respectivas tropas na MINUSTAH com o Chile, conclui-se que o Brasil apóia com maior frequência, imprimindo assim maior velocidade na solução das pendências logísticas, principalmente no aspecto de manutenção. Outro aspecto observado foi que o Chile não possui um órgão semelhante ao CCL, ficando o apoio logístico descentralizado pelas FA o que, sob a ótica do autor, aumenta a dificuldade de controle sobre o material e suprimentos atinentes ao apoio logístico às suas tropas em OMP.

Entendeu-se que a decisão de criação do CCL foi importante e que vem cumprindo adequadamente suas tarefas.

Visualiza-se a implementação de algumas ações para que o trabalho desenvolvido continue a ser eficaz e cada vez mais incrementando sua eficiência. Sob a ótica deste autor, as reuniões de coordenação do CCL deveriam ser atendidas por representantes dos vários setores de cada FA que influenciem, direta ou indiretamente, no processo de apoio logístico às tropas brasileiras em OMP, mormente quando for o caso da participação brasileira em mais de uma OMP, concomitantemente. Entende-se ser imperiosa uma maior aproximação do CCL ao MD,

mais especificamente com a SC-4 do EMD, pois é dela que efetivamente emanam as orientações para a execução das tarefas do CCL.

Considera-se também que as reuniões de coordenação devam contar, efetivamente, com a participação de representantes do MD, evitando assim a perda de velocidade na execução de atividades. A presença do MD elevaria a credibilidade das discussões, conferindo à reunião um maior nível de importância, o que faria com que cada FA buscasse, com mais veemência, entender o que foi acordado.

Visualiza-se ser muito importante que os assuntos tratados nas reuniões do CCL sejam levados ao conhecimento dos setores envolvidos com OMP em cada FA, podendo ser empregada a modalidade de vídeo-conferência, que permite a participação tanto do BRABAT quanto do GptOpFuzNav Haiti, na ponta da linha. Entende-se que os acordos/decisões de cada reunião de coordenação do CCL deva, necessariamente, ser encaminhados formalmente para as FA e entendidos como ação(ões) a empreender, determinada(s) pelo EMD. Especificamente para a MB, visualiza-se, também, que representante do ComEmChe deva ser designado, por portaria do CEMA, a semelhança do representante do ComFFE, como integrante e representante da MB no CCL. Sua respectiva presença nas reuniões do CCL em muito contribuirá para dirimir inúmeras dúvidas, facilitando sobremaneira os ajustes e acordos, uma vez que poderão contar com o conhecimento do especialista sobre as capacidades e os detalhes específicos do meio naval (navio) a ser empregado, bem como poderão conhecer e entender as demandas das outras FA que participam da OMP em questão.

Entende-se que caso sejam implementados os ajustes sugeridos, o CCL terá aumentado, significativamente, tanto na sua capacidade para executar as suas tarefas quanto a valorização de suas atividades. Para o caso da participação brasileira em mais de uma OP, concomitantemente, permanecem todas as observações e sugestões apresentadas

anteriormente e agrega-se a necessidade de serem desenvolvidos estudos no sentido de adequar a estrutura de pessoal e material para atender uma nova situação.

Fruto do exposto acima concluo não ser necessária a criação do CALOC para o apoio às Forças em Operações de Paz.

REFERÊNCIAS

1. ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
2. ARRAES, Virgílio Caixeta. *O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas : dos anos 90 a 2002*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 152-168, 2005
3. _____. “*O Brasil e a ONU de 1990 a nossos dias: das grandes conferências as grandes pretensões*”. In ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (org). “*Relações Internacionais do Brasil – Temas e Agendas*”, Volume 2. São Paulo: Saraiva. 7-41. (2006)
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005b.
5. BAIG, Kamran - *Logistical Support to United Nations Peacekeeping Operations*, NY, 2002.
6. BERGO, Marcio T. Bettega - “*Apoio Logístico - considerações e propostas – um estudo*”. PADECEME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME), Rio de Janeiro, RJ, nº 9, p.29-40: 3º Quadrimestre/2004.
7. BOTELHO, Tomas A. Tinoco - “*Logística nas Operações de Paz – Os Fuzileiros Navais na MINUSTAH: Lições e Aprimoramentos – Escola de guerra Naval*, Rio de Janeiro, RJ,2008.
8. BRAHIMI, L. *Report of the Panel on the United Nations Peace Operations*. Disponível em: <http://www.un.org/peace/reports/peace_operations>. Acesso em: 11 jun. 2010.
9. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas 1965-1995*. Brasília: FUNAG, 1995.
10. _____. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 1996.
11. _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-1311. *Manual para Instrução de Operações de Paz de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 1997.
12. _____. Ministério da Defesa. MD33-M-01. *Manual de Operações de Paz*. Brasília, 2001a.
13. _____. *Manual de Logística para Operações Combinadas*. Brasília. 2001b.
14. _____. EMA-402. *Operações de Manutenção da Paz*. Brasília, 2002.
15. _____. Estado-Maior da Armada. EMA-304. *Diretrizes Básicas da Marinha*. Brasília, 2003.

16. _____. FI-219. *Guia para a Elaboração de Referências Bibliográficas*. Rio de Janeiro, 2004.
17. _____. Ministério das Relações Exteriores. Participação brasileira nas Operações de Paz da ONU. Brasília, [2005?]. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/onu/participacao.asp>. Acesso em: 08 jun. 2005a.
18. _____. Presidência da República. Decreto Nº 5.484, de Junho de 2005. *Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 7 ago. 2005b.
19. _____. *Política de Logística de Defesa*. Portaria Nº 1.890/MD, de 29 de dezembro de 2006.
20. _____. *Glossário das Forças Armadas*. 4ª Edição Brasília. 2007a.
21. _____. *Manual de Operações de Paz*. 2ª Edição Brasília. 2007b.
22. _____. Ministério das Relações Exteriores. *Repertório de Política Externa: Posições do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007c.
23. _____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.
24. _____. Estado-Maior da Armada – EMA 402 – Manual
25. _____. Estado-Maior da Armada – EMA-305. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília, 2004.
26. CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomatas, Diplomacia e Política Externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado – IUPERJ, 1984.
27. CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas operações de pás das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco , Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
28. CARVALHO, F. F. L. *As Operações de Paz dentro do Contexto da Política Externa Brasileira e suas Implicações para as Forças Armadas. Monografia (C-PEM)*. Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2003.
29. CIAVEL, Antonio Varas. *Visión histórica de la participación em operaciones de paz del Ejército de Chile 1935-2006*. Santiago, Ejército de Chile, 2006.
30. CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB) Sergio Vieira de Mello. Nota de Instrução de Preparo do Batalhão Haiti, 2006.
31. CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*, 1992.

32. DEBONO, I. *Peacekeeping Operation in Haiti*. Disponível em: <<http://orbat.com/site/various/un/HaitiOp.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2005
33. DINIZ, Eugenio (2006). *O Brasil e a MINUSTAH*. Security and Defense Studies Review, Washington D.C., v. 5, n. 1, p. 90-108, 2005.
34. _____. “*O Brasil e as Operações de Paz*”. In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (org). “Relações Internacionais do Brasil – Temas e Agendas”, Volume 2. São Paulo: Saraiva. 302-337.
35. DOYLE, Michael W.; e SAMBANIS, Nicholas. *Discovering the Limits and Potencial of Peacekeeping*. P.6. In: OTUNNU, Olara A.; Doyle, Michel W. (eds). *Peacekeeping and Peacekeeping for the new century*. Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, 1966
36. _____. *Making War and Building Peace: United Nations*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.
37. FONTOURA, P. R. C. T. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 1999.
38. FONTOURA, P. R. C. T. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2005
39. FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
40. GARCIA, Enzo Di Nocera & CRESTA, Ricardo B “ *Construyendo capacidades para America latina y Caribe: Las operaciones de mantenimiento de la paz y El caso Haiti* ” Security and Defense Studies Review, vol 5, n 1, 2005.
41. GARCIA PINO, Gonzalo “*Força de paz combinada Cruz do Sul*” In Wilhelm Hofmeister Segurança internacional. Um diálogo Europa-América do Sul. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.
42. GOULDING, Marrack. *The Evolution of United Nations Peacekeeping*. Royal Institute of International Affairs, Londres, v. 69, n. 3, p. 451-463, 1993.
43. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Governo Federal, 2009.
44. HERZ, Mônica. “*Análise Cognitiva e Política Externa*”. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, 16(1), jan./jun. 1994.
45. HEINE, Jorge “Between a rock and a hard place: Latin America and multilateralism after 9/11” In Edward Newman, Ramesh Thakur & John Tirman *Multilateralism under challenge ? Power, international order and structural change*. Tokyo, United Nations University Press, 2006.
46. HELENO, Augusto. *Haiti: um grande desafio*. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/fsp_11set05.htm>. Acesso em: 16 maio 2010.

47. HILTON, Stanley. "*Brasil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy 1919-1929*". *Journal of Latin America* . 12(2) november 1980.
48. JOMINI, Antoine Henry de - "*Précis de l'art de guerre*" (versão em inglês "The art of war", 1862. Disponível em: <<http://www.manybooks.net/titles/jominih13541354913549-8.html>>.
49. LAFER, C. *Política Externa Brasileira: Origens e linhas de continuidade no século XX - implicações para as prioridades externas no século XXI*. Negócios Estrangeiros. Lisboa, n. 2, set. 2001. Disponível em: <<http://65.98.82.3/mne/dados/mne/revista/revista2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2005.
50. LAMPREIA, Luiz Felipe . "*Diplomacia ganha a cara do Brasil*". Entrevista concedida ao Zero Hora, 01 de outubro de 1995.
51. _____ "*Um decálogo para reflexão*". Folha de São Paulo, 25 de junho de 1996.
52. _____ "*A reforma do Conselho de Segurança*". Folha de São Paulo, 31 de agosto de 1997a.
53. _____ *Statement by the Minister of Foreign Relations of Brazil at the opening of the General Debate of the 52nd Session of the United Nations General Assembly*. New York, September 22, 1997b.
54. _____ *Discurso do Ministro das Relações Exteriores por ocasião do almoço que oferece aos Chanceleres e Chefes de Delegação do Grupo Latino-Americano e do Caribe nas Nações Unidas*. New York, 23 de setembro de 1997c.
55. _____ *O Brasil e a reforma das Nações Unidas*. Comunicado à imprensa, s.d.
56. LOPES R. *Missões de Paz: por que o Brasil tem uma tímida participação*. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/noticia/zhmissoespaz/index.html>. Acesso em: 08 jun. 2010.
57. *Manual on Policies and Procedures Concerning Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment Of Troop-Contributors Participating In Peacekeeping Missions*. 2009. Disponível em: <<http://web.schq.mi.th/~matpmunny/UM%20document/COE/COE%202002%20Chapters%201-10.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2010.
58. MIYAMOTO, Shinguenoli. *O Brasil e as Negociações Multilaterais*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 119-137, 2000
59. BRASIL, Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília. 2. ed. Brasília, 2005.
60. MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência – A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
61. NUNES, P. H. F. *Direito Internacional Público*. S. l.: s. n., Disponível em: <http://phfnunes.vilabol.uol.com.br/roteiro5.htm>. Acesso em: 18 jul. 2010.

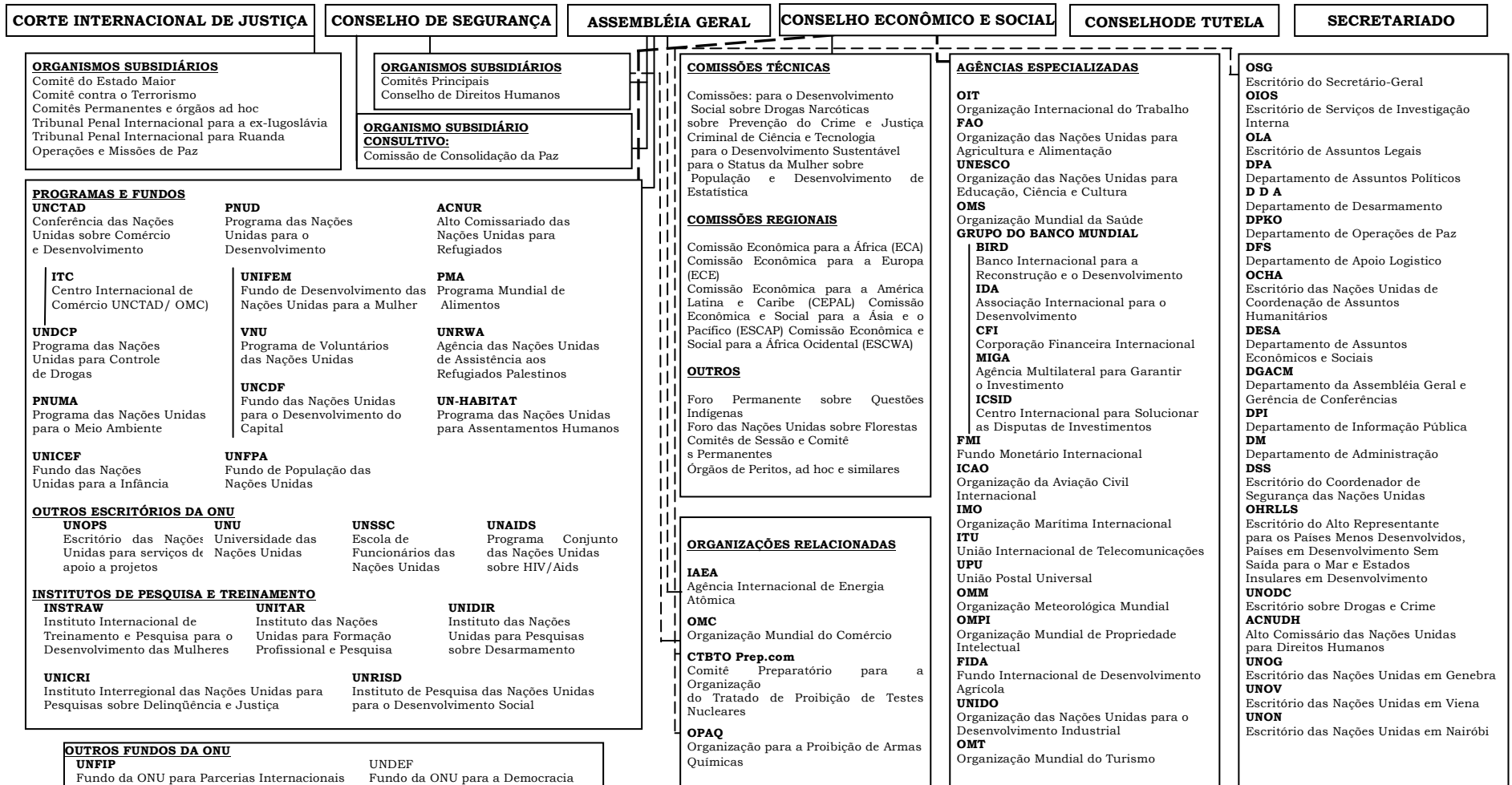
62. NOGUEIRA, João P. *Ética, terror e soberania: questões para a teoria das Relações Internacionais*. In: GOMES, José Maria (Org.). *América Latina y el (Dês)orden Global Neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires: Clascso, 2004.
63. NYE JR, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais, Uma Introdução à Teoria e à História*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2002.
64. ONU. Nações Unidas no Brasil. *UN Peacekeeping Handbook for Junior Ranks*. Nova Iorque: ONU, 1997.
65. _____. *United Nations Stand-by Arrangements System. Military Handbook*. Ed. 2007. Disponível em: http://www.un.org/Depts/dpko/milad/fgs2/unsas_files/UNSASHandbook2003.pdf. Acesso em: 19 jun. 2005.
66. _____. United Nations Department Of Peacekeeping Operations (Dpko). *The Challenges of Peacekeeping in the 21st Century*. Background note. 2004 Parliamentary Hearing at the United Nations: “from disarmament to lasting peace: defining the parliamentary role”. Nova York, 19-20 outubro 2004.
67. _____. *Monthly Summary of Contributions (Military Observers, Civilian Police and Troops)*. Disponível em: http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/2005/April2005_1.pdf. Acesso em: 12 jun. 2005a.
68. _____. *Member States in the UNSAS*. Disponível em: http://www.un.org/Depts/dpko/milad/fgs2/unsas_files/status_report/statusreport15april05.pdf.pdf. Acesso em: 7 ago. 2005b
69. _____. *UNSAS Rapid Deployment Level*. Disponível em: http://www.un.org/Depts/dpko/milad/fgs2/unsas_files/rapid_deployment/torrldl.htm. Acesso em: 20 jun. 2005c.
70. _____. *NAÇÕES UNIDAS, DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ (DPKO)*. United Nations Peacekeeping Operations. Nova York: Nações Unidas. p. 14 2008a.
71. _____. *Carta da ONU*. Capítulo I, Artigo 2, Parágrafo 7. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>. Acesso: 06 ago. 2008b.
72. _____. *UN Peacekeeping Operations. Principles and Guidelines* Nova Iorque: ONU, 2008c.
73. _____. *General Guidelines for Peacekeeping Operations*. Nova Iorque: CD Peacekeeping Publications, 2009a.
74. _____. *Manual on Policies and Procedures Concerning Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop-Contributors Participating in Peacekeeping Missions*. Nova Iorque, 2009b.
75. _____. *United Nations Peacekeeping Operations*. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/bnote.htm>. Acesso em: 7 abr. 2010a.

76. _____. *Carta das Nações Unidas*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>>. Acesso em: 4 maio 2010b.
77. _____. *Department of Peacekeeping Operations (DPKO)*. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/info/mission.shtml> > Acesso em: 5 maio 2010c.
78. _____. *Department of Peacekeeping Operations. Meeting New Challenges. Frequently Answered Questions*. Nova Iorque, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/faq/qa_english.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2010d.
79. _____. *Monthly Summary of Military and Civilian Police Contribution to United Nations Operations. Year: 2010*. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/Yearly_Summary_05.pdf>. Acesso 6 jun. 2010e.
80. _____. *Nações Unidas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/index.php>>. Acesso em: 18 jun. 2010f.
81. _____. *United Nations Peacekeeping Operations*. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/bnote.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2010g.
82. _____. *Ranking of Military and Civilian Police Contributions to UN Operations*: Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/2010/April2010_2.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2010a.
83. _____. *An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping*. Nova Iorque, EUA. Disponível em <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>. Acesso em 4 jul. 2010b.
84. PUGH, M. et al. *Maritime Security and Peacekeeping*. Manchester: Manchester University Press, 1994.
85. RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e Relações Internacionais*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
86. RÉMOND, René - *Introdução à História do Nosso Tempo, do antigo regime aos nossos dias*, Gradiva, Lisboa, 1994, p. 440.
87. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNAIONAL. Brasília, v.41, n.2, p.149, 154, 1998.
88. RICHMOND, O. P. *The Globalization of Responses to Conflict: Making Peace, Order, and Sovereignty*. Hong Kong; ISA, 2001. Disponível em: <<http://www.isanet.org/archive/richmond.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2010.
89. RODRIGUES, José Honório e SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531 -1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
90. SERRANO, Monica “*Latin America: the dilemmas of intervention*” In Albrecht Schnabel & Ramesh Thakur *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention*:

selective indignation, collective action, and international citizenship. Tokyo, United Nations University Press, 2000.

91. SILVA, L. I. L.; AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P. *A Política Externa do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.
92. TIMELINE OF UN PEACEKEEPING MISSIONS. In: WIKIPEDIA. *The Free Encyclopedia*. Disponível em: <<http://www.answers.com/topic/timeline-of-un-peacekeeping-missions?hl=dpko>>. Acesso em: 13 jun.2010.
93. ULERY, Eduardo “*The Uruguayan Armed Forces and the challenge of 21st century peacekeeping operations*” Master’s Thesis Naval Postgraduate School, United States Navy, Monterrey California, 2005.
94. UN. “*United Nations Peacekeeping Operations – principles and Guidelines*”. United Nations, Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. 2008. http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf. Acesso em: 26 jun. 2010).
95. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais* Artigos. Disponível em <<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/index.htm>>. Acesso em: 10 maio 2010.
96. WORLD PEACE. In: WIKIPEDIA. *The Free Encyclopedia*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/World_peace>. Acesso em: 4 jun. 2010.
97. WORTZEL, L. M. *Why North Korea Should Sign a Peace Treaty with the U.N., Not the U.S.* Disponível em: <<http://www.icasinc.org/lectures/wortzell.html>>. Acesso em: 7 maio 2010.

ANEXO A – PRINCIPAIS ÓRGÃOS DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS



Fontes: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sistema das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/index.asp> e <http://www.un.org/en/peacekeeping/list.shtml#content>

ANEXO B – FERRAMENTAS PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

- **Diplomacia preventiva** (“*Preventive Diplomacy*”) - Consiste em medidas no campo diplomático destinadas a evitar o surgimento ou o acirramento das controvérsias entre estados, fazendo com que as disputas já existentes não se transformem em conflitos ou, caso estes já se pronunciem limitar sua expansão. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU.

- **Promoção da Paz** (“*Peace-making*”) – Ações diplomáticas empreendidas após o início do conflito que visa a negociação entre as partes para a suspensão das hostilidades. Baseia-se nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstas no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas;

- **Manutenção da Paz** (“*Peace-keeping*”) - ações empreendidas por militares, policiais e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, objetivando a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças, etc) e também a sua solução (acordos de paz). A base jurídica deste tipo de operação não se enquadra perfeitamente no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta da ONU, o que leva alguns analistas a situá-las em um imaginário “Capítulo VI e meio”.

- **Consolidação da Paz** (“*Peace-building*”) - Consiste em ações pós o conflito que identifiquem e apoiem as medidas e as estruturas necessárias para manter a paz e permitir a reconciliação duradoura das partes envolvidas, atuando nas raízes do problema e tentando resolvê-los. Também é um conceito novo e que oficializou uma prática que se iniciou anos antes, no final da década de 1980, e que alterou a maneira de realizar as operações, sendo denominadas “operações de segunda geração”; e

- **Imposição da paz** (“*Peace-enforcement*”) - Baseada na autoridade conferida pelo Capítulo VII da Carta da ONU, onde há um alto grau de emprego de forças militares para

restaurar a paz, fruto de se ter esgotado os meios pacíficos para a manutenção ou restabelecimento da paz, não sendo necessário o consentimento das partes envolvidas no conflito. Este tipo de operação é normalmente realizado por uma coalizão de forças sob mandato conferido pelo CSNU. Cabe salientar que a ONU não realiza esta operação, apenas confere um mandato para as forças militares realizarem.

Fonte: Disponível em : <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>

ANEXO C – CONCEITOS DECISIVOS PARA O SUCESSO DAS OMP

- **O mínimo uso da força** - trata-se de uma postura defensiva e dissuasiva, empregando a força tão somente no caso de agressão de alguma facção e respondendo de maneira proporcional à ação adversa sofrida (também aplicada no caso da imposição da paz, pois a força só será usada em caso de necessidade);
- **A Multinacionalidade** - demonstração fundamental para o entendimento de que ali atua uma organização que endossa as aspirações e respectivos acordos de cunho internacionais;
- **A Unidade** - é obtida quando todo o pessoal, civil e militar, em todos os níveis, age como força internacional em prol da Organização e não como um contingente nacional. Aí avulta de importância das atitudes e condutas individuais e coletivas que são observadas pelos próprios integrantes da missão, pela população local e pela comunidade internacional. Tal unidade deve ser permanentemente buscada;
- **A Credibilidade** - é obtida quando as partes envolvidas acreditam que tanto o mandato é possível de ser cumprido como a força desdobrada tem capacidade para tal;

Dentre as várias características de uma operação de paz, podemos destacar a transparência e a informação como sendo aquelas que proporcionarão a todos os envolvidos na resolução do conflito conhecer de forma clara, principalmente a população local, os objetivos buscados, as intenções desejadas e as ações desenvolvidas. Portanto, está cada vez mais presente o fato de que a população do país anfitrião precisa perceber, preferencialmente via medidas concretas, que não apenas as medidas relacionadas com a segurança apresentam melhoras, mas também,

e particularmente, as possibilidades de uma melhor qualidade de vida (emprego, saúde, educação), relacionadas com um maior grau de desenvolvimento do país; e

Na atualidade, fruto dos mandatos³⁷ recebidos terem sido cada vez mais amplificados e o CSNU acompanhar de forma muito próxima a evolução dos acontecimentos alterando, quando necessário, o próprio mandato e a constituição das forças, como aconteceu, por exemplo, em Angola e no Timor Leste, os modelos aplicados não obedecem a formatação exatamente conforme as operações de manutenção da paz originais, também denominadas operações clássicas ou de primeira geração.

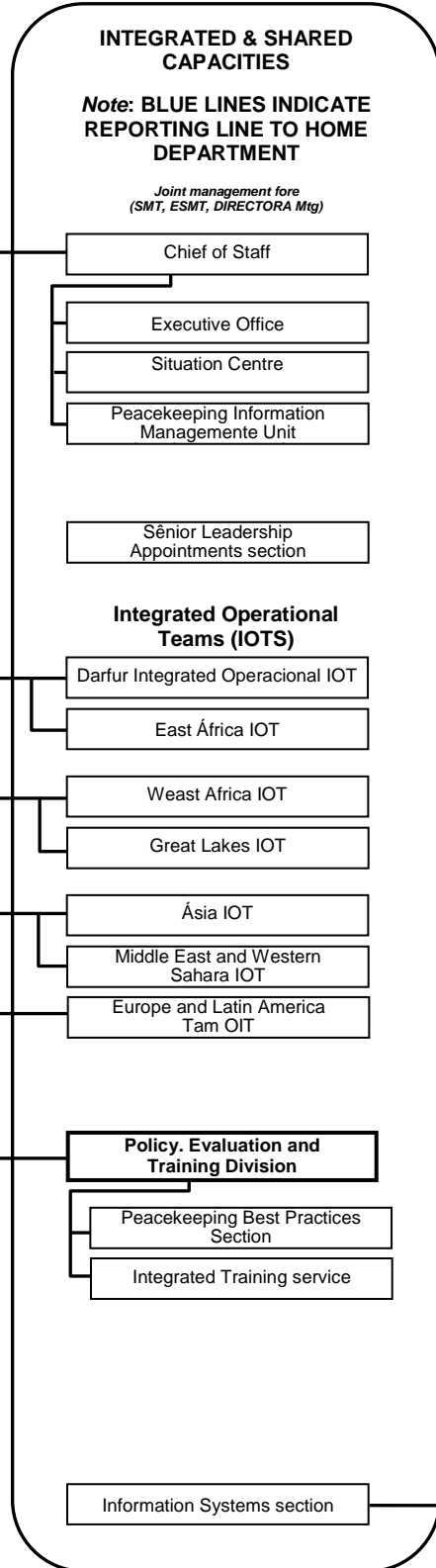
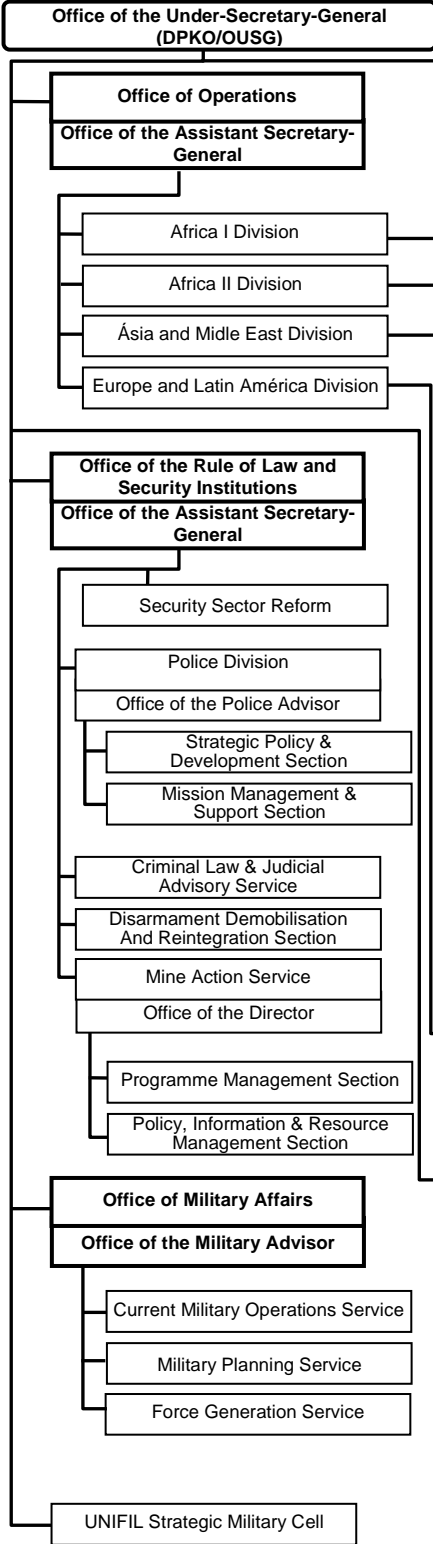
Fonte: FONTOURA, P. R. C. T. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 1999.

³⁷ No âmbito das Nações Unidas, o Mandato é resultante de uma resolução do CS. É o documento formal que estabelece uma Operação de Paz, contendo o MD33-M-01 25/100 seus fundamentos e objetivos a atingir. É expressão escrita, normalmente breve, da Resolução do CS (com base em um relatório do Secretário-Geral); normalmente, tem a duração de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, renováveis, e é elaborado de acordo com as negociações mantidas com as partes em conflito e com os Estados-Membros. (BRASIL, 1998, pag 4-9).

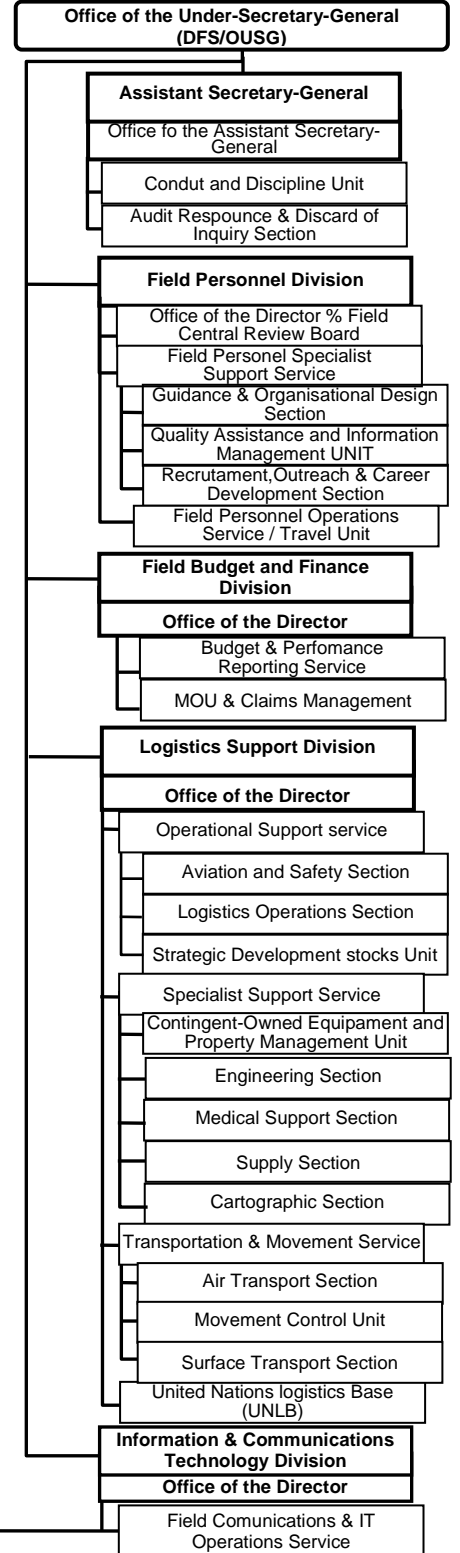
ANEXO D –ESTRUTURA DA ONU EM APOIO ÀS OMP



DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS

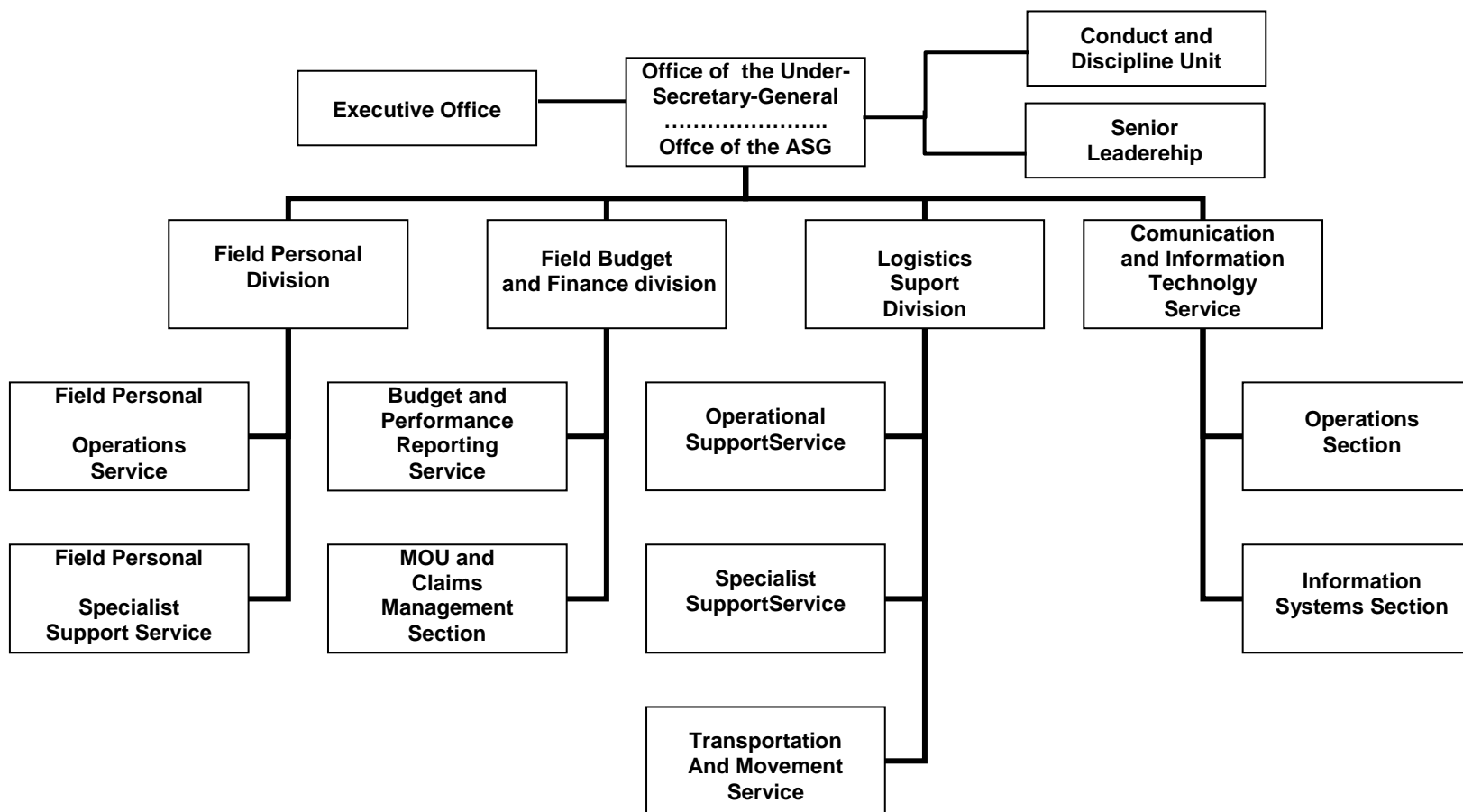


DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT



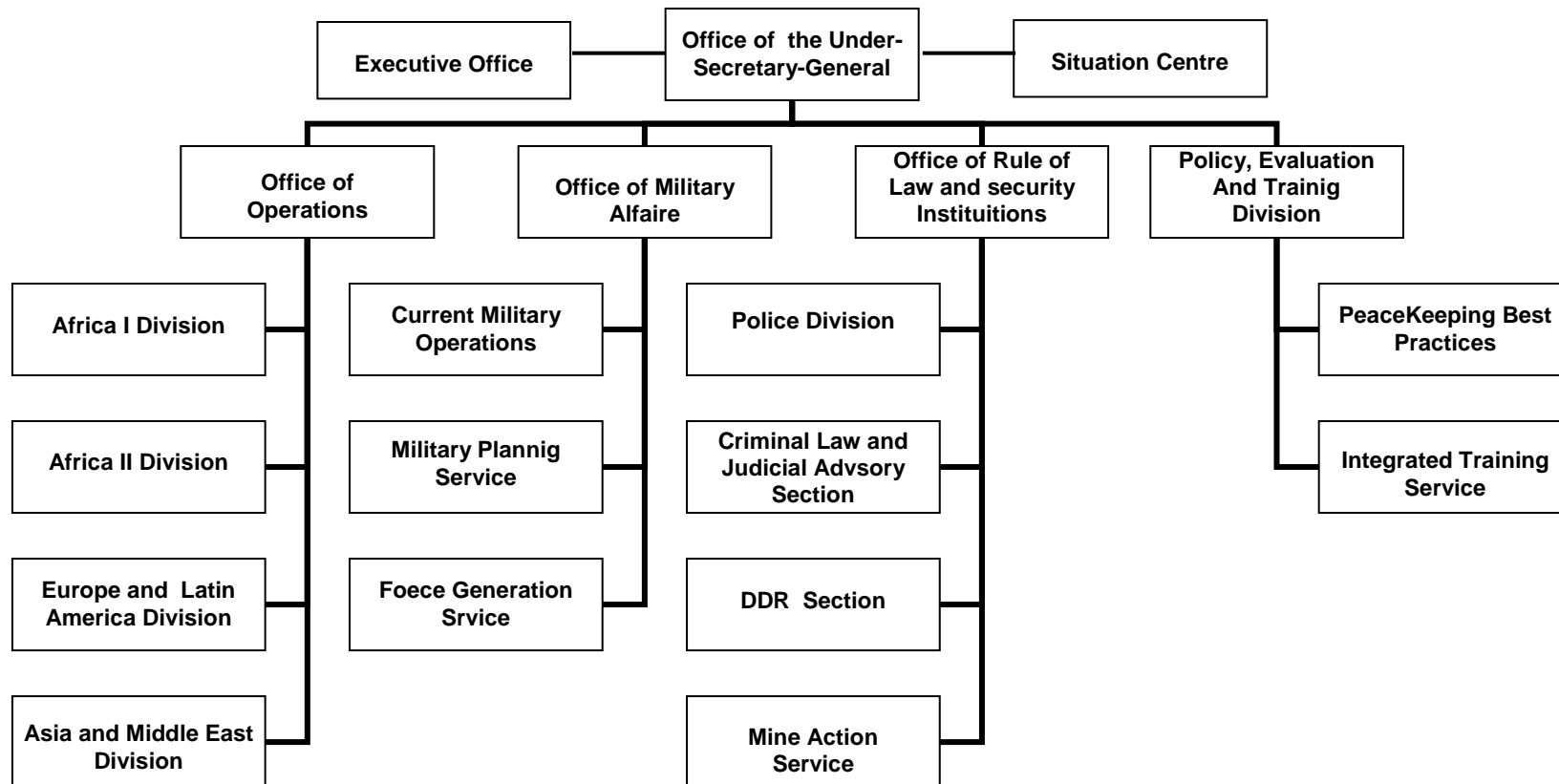
DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT

As of 1 July 2007



DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT

As of 1 July 2007



Fontes: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Operações de Manutenção da Paz. Elaborado pelo autor. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/index.asp>> e <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/dpkodfs_org_chart.pdf>.

ANEXO E – REGISTO FOTOGRÁFICO DE CARREGAMENTO DO NAVIO

REGISTRO FOTOGRÁFICO DE CARREGAMENTO



FIGURA 1 - Embarque de Viatura e material no Boqueirão



FIGURA 2 - Embarque de Viatura e material no Boqueirão



FIGURA 3 - Embarque de Viatura e material no Boqueirão



FIGURA 4 - Embarque de Viatura e material no Boqueirão



FIGURA 5 - Desembarque em Porto Príncipe no Haiti



FIGURA 6 - Desembarque em Porto Príncipe no Haiti



FIGURA 7 - Desembarque em Porto Príncipe no Haiti



FIGURA 8 - Desembarque em Porto Príncipe no Haiti



FIGURA 9 - Repatriamento de Material



FIGURA 9 - Repatriamento de Material